



CADERNOS CRIOLA

Impacto da Violência na Vida das Mulheres Negras
Junto às Comunidades das Religiões Afro-brasileiras

O Estudo do Impacto da Violência Intrafamiliar e Urbana na Vida das Mulheres Negras junto as Comunidades das Religiões Afro-brasileiras localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro faz parte das ações desenvolvidas no Projeto Iyà Àgbá* - Rede de Articulação de Mulheres Negras frente à Violência, financiado pelo Fundo Fiduciário das Nações Unidas para Eliminação da Violência contra as Mulheres/UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e coordenador por CRIOLA no período de 2005 a 2008.

Participaram desta iniciativa em São João de Meriti: o Ilê Axé Oya Topé e Xangô Alafim - Iyá Amélia da Oxum em Venda Velha • Ilê Omolu Oxum - Iyá Meninazinha da Oxum em São Mateus • Ilê Axé Ala Koro Wo - Mãe Torody em Venda Velha • Ilê Axé Opó Afonjá - Iyá Regina Lucia d'Yemanjá em Coelho da Rocha. E no Rio de Janeiro: o Ilê Axé Yá Mangele Ô - Iyá Tânia de Iemanjá em Água Santa • Ilê Axé Yá Bory Mesã - Iyá Vânia de Oyá em Vicente de Carvalho.

Expediente

Pesquisa e redação

Marlise Vinagre, doutora em Serviço Social e professora da Escola de Serviço Social/ UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Realização



Av. Presidente Vargas, 482 - sobreloja 203
Centro • Rio de Janeiro • Brasil
Telfax • 21.2518-6194 • 2518-7964
criola@criola.org.br • www.criola.org.br

Apoio e financiamento

Esta publicação contou com o apoio do Fundo Fiduciário das Nações Unidas para Eliminação da Violência contra as Mulheres/UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.



Projeto gráfico - Luciana Costa Leite

Revisão de texto - Claudio Oliveira

Tiragem - 1.000 exemplares - Rio de Janeiro, maio de 2008

* **Iyà Àgbá** - na língua ioruba significa mãe-ventre (cabaça). Representa o espírito ancestral feminino que só incorpora nas reuniões das sociedades secretas femininas para o fortalecimento do poder da mulher.

ÍNDICE

Apresentação	02
Introdução	03
O Estudo realizado	09
Sistematização e análise dos dados	09
I - Perfil das entrevistadas	09
II - Situação conjugal/familiar	14
III - Vida conjugal e violência/ mecanismos de enfrentamento	16
IV - Outras formas de violência/ mecanismos de enfrentamento	25
V - Situação de trabalho	28
VI - Cultura e lazer	30
VII - Participação política na comunidade	34
VIII - Representações e experiências sobre gênero e etnicidade	37
IX - Religiosidade	44
Bibliografia	50
Iyà Àgbá - Rede de Articulação de Mulheres Negras Frente à Violência	51



APRESENTAÇÃO

O projeto Iyà Àgbá – Rede de Articulação de Mulheres Negras frente à Violência – visou a criação de uma rede envolvendo mulheres negras para o desenvolvimento de ações de enfrentamento de diferentes formas de violência que as afetam, em especial a violência intrafamiliar, considerando também os impactos das demais formas de violência presentes nas comunidades negras.

Localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Rede articula mulheres negras a partir da constituição e reforço a núcleos de mulheres que se reúnem em torno de comunidades afro-religiosas lideradas por mulheres, nas cidades do Rio de Janeiro e São João de Meriti. Além de Criola, este trabalho foi desenvolvido junto às organizações: Ilê Axé Omolu Oxum, São Matheus; Ilê Axé Oyà Topè e Xangô Alafim, Venda Velha; Ilê Axé Opó Afonjá, Coelho da Rocha; Ilê Axé Ala Koro Wo, Venda Velha (São João de Meriti); Ilê Axé Iyà Mangelê O, Água Santa e Ilê Axé Iyà Bory Mesa, Vicente de Carvalho (Rio de Janeiro).

As atividades desenvolvidas nestes núcleos envolveram 194 mulheres capacitando-as para o reconhecimento e enfrentamento das formas de violência que as atingem. Tendo também como meta a realização e divulgação de um estudo que possibilite ampliar o conhecimentos da sociedade e das instituições acerca dos impactos da violência da vida das mulheres negras. Visamos com isso gerar uma cultura de paz e solidariedade, através da difusão dos saberes constituídos por essas mulheres e ampliar o espectro de vigência da democracia brasileira, através da ampliação do horizonte de direitos e de acesso à justiça para as mulheres negras.

Dedicamos esta publicação a Obassy – Celita Vieira de Abreu, iyalorixá do Ilê Ibailekô, Membro da ala de compositores da Unidos de Jacarepaguá da Cidade de Deus, Rio de Janeiro. Por sua dedicação a causa das mulher.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, ao longo de sua história, está segmentada em linhas de classe, gênero e raça, constituindo um entrecruzado conjunto composto por hierarquizações que se metamorfoseiam em desigualdades e formas diferenciadas de violência.

O contexto dessa “geografia social” configura processos sociais que organizam e modelam formas de pensar e de sociabilidades ancoradas na idéia da supremacia dos ricos, dos brancos, dos homens e dos heterossexuais. Isto é, conforma uma verdadeira organização social, ou seja, uma cartilha sexual de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual.

Esse conjunto determina uma complexa teia de relações desiguais, onde o fulcro é o poder, gerando e reproduzindo lugares sociais de dominação/exploração, justificadores da pobreza, do racismo, do falocentrismo e da homofobia. Estes lugares sociais ganham significado nas experiências históricas dos sujeitos concretos, onde as determinações étnico-raciais, de classe, gênero e orientação sexual não operam isoladamente, mas, ao contrário, alimentam-se mutuamente.

Assim, a organização social fundada nas desigualdades mencionadas torna-se um terreno fértil onde florescem práticas assimétricas, carregadas de preconceito, discriminação e violência, sobretudo contra aquelas diferentes do padrão dominante referente, representado pelo homem branco heterossexual e as mulheres negras.

Como essas determinações se entrecruzam, potencializando e aumentando seu poder de opressão sobre os indivíduos na sociedade, as pessoas mais vitimizadas pela violência estrutural são as mulheres negras pertencentes às classes mais pauperizadas, e, em particular, as mulheres negras lésbicas e pobres.

Essas práticas violentas tendem a se naturalizar e, dessa forma, resultam em uma rotinização. Ou seja, como as desigualdades e as violações de diversas naturezas são rotineiras, elas se cronificam, são banalizadas e se generalizam, adquirindo uma dimensão de epidemia, com graves impactos sobre a qualidade de vida das mulheres negras.

Desde o período escravocrata-senhorial o diferente em relação ao padrão do homem ocidental, branco, cristão colonizador era tratado como inferior, como “falta”: falta de capacidade intelectual e cultural, de alma, de vergonha, de disposição para o trabalho.

O Brasil vem estruturando suas relações sociais, desde o período colonial, sobre uma organização social classista, escravocrata e patriarcal, ancorando-se do ponto de vista ideológico em uma moral conservadora e homofóbica. A partir do ingresso no capitalismo reorganiza sua segmentação social, reatualizando novos lugares sociais para os excluídos: os pobres e negros, e, em especial, as mulheres negras, que ficaram na condição de cidadãos de segunda categoria ou não-cidadãos.

Mesmo após a abolição (formal) da escravatura, as condições para as mulheres negras pouco se alteraram, perpetuando-se a discriminação racial¹, presente desde o passado servil, do trabalho forçado na lavoura ou na Casa Grande, onde, também muitas vezes, tinham seu corpo violentamente apropriado pelo senhor, hoje estão nas ruas, como vendedoras ambulantes, em atividades de exploração sexual, em empregos domésticos ou em atividades ocupacionais consideradas de menor prestígio e ganhando os mais baixos salários dentre o conjunto dos trabalhadores.

São nesses espaços, inclusive, que as mulheres negras aparecem na mídia, ou seja, em posições sociais desqualificadas, tendo o seu corpo e o seu desejo capturado, pois são coisificadas, tratadas como mercadorias (“marrom-bombom”) que vendem. Logo, constata-se a prevalência de uma sociedade que, na entrada do século XXI, ainda se mostra altamente estratificada, sexista e racista, apresentando elevado grau de *racismo institucional*. Este racismo institucional pode ser verificado pela distribuição dos negros e pelos lugares onde estão. Ao se levar em conta esta distribuição, percebe-se que *a associação raça/gênero acentua a pobreza*, trazendo maior vulnerabilidade para as mulheres negras, logo sugerindo que essas são as mais vitimadas e sofrem maior exposição à violência nas suas diferentes expressões: precárias condições de saúde, trabalho, renda, moradia, bem como de acesso a bens e serviços coletivamente produzidos, tais como educação, cultura e lazer.

Contudo, os grupos dominantes preferem sugerir a existência de uma unidade nacional, fundada na idéia de *democracia racial*, recorrente na literatura brasileira, principalmente ulterior a Freyre (1933). Esse ideário sustentou o pensamento social brasileiro, que inspirou a construção da idéia de nação, de identidade nacional (de brasilidade) e a de *povo brasileiro*, ao mesmo tempo em que contribuiu para a (re)produção de um *racismo à brasileira*, escamoteado e perverso.

Adensando esse conjunto ideológico, disseminou-se o ideal de branqueamento. Como conseqüência, as populações negras, em especial as mulheres negras, têm se defrontado até os dias atuais com uma estrutural desigualdade de oportunidades, constituindo a imensa base da pirâmide populacional.

No que concerne à violência específica que incide sobre as mulheres, cabe considerar que as mulheres negras são as mais vitimizadas pela *violência de gênero* e, possivelmente, pela *violência doméstica e intrafamiliar*.

Violência de gênero é um padrão de relação social assentado na idéia de desigualdade entre o masculino e o feminino, onde as mulheres ocupam o lugar hierarquicamente inferior. Já a *violência conjugal*, menos difusa que a violência de gênero, é uma forma peculiar da mesma: é aquela cujo alvo preferencial é a mulher e o violador é o cônjuge atual ou ex-companheiro, que opera para reafirmar o “poder do macho”.

Quando a violência de gênero ocorre no ambiente intrafamiliar, atingindo prioritariamente parentes, em especial as mulheres e as crianças, denomina-se *violência doméstica*.

¹ Concebe-se discriminação racial, nos termos da definição contida na Convenção Internacional para eliminação de todas as formas de discriminação racial, ou seja, como todo comportamento de restrição, exclusão ou preferência baseada em origem étnico-racial.

A *violência contra a mulher* constitui um grave e complexo problema em nossa sociedade. Grave porque se trata de um fenômeno transversal a toda a sociedade, afetando um enorme contingente de mulheres de todas as camadas sociais, raças, etnias, gerações e crenças religiosas. Complexo por envolver diferentes determinantes, tais como, fatores econômicos, sociais, ideológicos, culturais e psicológicos, na medida em que inclui, via de regra, a existência de laços afetivos entre vítima e agressor, não raro ocorrendo no espaço doméstico e intrafamiliar.

Dessa forma, esta modalidade específica de violência tem causado sérios impactos à saúde física e psíquica das mulheres, constituindo-se, pois, como um crime e uma grave violação aos direitos humanos.

A generalização do problema resulta por um lado da naturalização/banalização desse tipo de violência por parte do Estado, da sociedade e até mesmo dos envolvidos. Por outro, da falta de notificação dessas ocorrências nas delegacias policiais, o que impede que os diretamente envolvidos, a sociedade e as instâncias governamentais conheçam a sua real dimensão. Na verdade, os dados publicizados através das notificações expressam apenas a ponta de um *iceberg*, que tem sua maior parte submersa, ainda por ser desvelada.

Essa questão só pode ser revertida através da implementação sistemática de políticas públicas de gênero na área da Segurança Pública, como por exemplo, a criação de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAMs, que potencialmente oferecem condições mais favoráveis de acolhimento a essas mulheres, de modo a ajudá-las a vencer o medo e as diversas formas de constrangimento, que as impedem de denunciar seus agressores.

Algumas pesquisas têm demonstrado que, respaldadas por campanhas de esclarecimento e serviços especializados de acolhimento e orientação, mais e mais mulheres têm registrado as ocorrências de que são vítimas, incluindo a agressão física, a ameaça, o abuso sexual e o estupro. O fato de o número de registros de violência contra a mulher no Estado do Rio de Janeiro ter crescido de 28.731 para 31.609, entre os anos de 2003 e 2004, é um indicador de que a sociedade tem começado a reagir contra a banalização desses casos e contra a idéia de que são questões restritas à esfera privada, idéia tão bem representada no dito popular de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. (www.isp.rj.gov.br)

Além da agressão física, a violência de natureza sexual, como o estupro e o atentado violento ao pudor, continua vitimando mulheres e meninas, sem que os registros correspondam ao número real de ocorrências. O Internacional Crime Statistics/Interpol (1995-2002) apresenta uma média de 8,8 vítimas de violência sexual para cada 100 mil habitantes no Brasil. Essa taxa, ainda que baixa, se comparada a de outros países desenvolvidos, como por exemplo o Canadá (93,4) e os Estados Unidos (36,1), indica a necessidade urgente de estimular a notificação desses delitos. (www.isp.rj.gov.br).

A violência se torna ainda mais grave por ocorrer, na maior parte dos casos, no ambiente doméstico. Em uma época em que a violência das ruas é insistentemente denunciada pelos meios de comunicação, urge dar visibilidade à violência cometida no local que deveria ser o lugar de refúgio e segurança para as mulheres: seu próprio lar.

Segundo pesquisa desenvolvida entre 2001 e 2003 por Bárbara Soares e Aparecida Fonseca, sobre violência sexual, as delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAM) registraram 8.555 ocorrências, sendo 3.608 vítimas de estupro e 4.947 vítimas de atentado violento ao pudor (AVP). A pesquisa demonstrou que 65% das vítimas de AVP eram crianças de 12 anos ou menos. No caso de estupro, essa mesma faixa etária corresponde a 16,3% das vítimas, 31,8% são adolescentes de 13 a 17 anos e 50,9% menores de 18. Os casos de AVP ocorrem na maioria das vezes fora do espaço doméstico (52,5%). Já no que se refere ao estupro, o estudo informa ainda que 21% das mulheres vítimas de estupro foram violentadas dentro de casa. (www.clam.org.br).

De acordo com este estudo, os autores são homens desarmados e que raramente foram presos (em relação ao estupro, apenas 3,5% dos autores foram presos, e nos casos de AVP, apenas 4,5%).

Do ponto de vista jurídico, violência significa uma ação de coação ou forma de constrangimento, posto em prática para vencer a capacidade de resistência de outrem, ou para levá-lo a executar algo, mesmo contra a sua vontade. É igualmente, ato de força exercido contra as coisas, ou pessoas, na intenção de violentá-las, devassá-las, ou delas se apossar.

No caso da violência contra as mulheres, vários tipos de armas são utilizados, dependendo do tipo de violência perpetrada, tais como palavras, socos, pontapés, bofetões, objetos cortantes e perfurantes, armas de fogo, entre outros. Mas na violência invisível, não física, a arma é um gesto silencioso, uma atitude que não atinge fisicamente ou sexualmente a mulher, mas que igualmente a pretende (re)colocá-la “no seu devido lugar”. Nesse caso, trata-se de um mecanismo de disciplinamento e controle social das mulheres, inerente à lógica da sociedade organizada sobre o modelo classista, racista, patriarcal, homofóbico e lesbofóbico.

No dia 25 de novembro de 1998, quando se comemorava 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos, foi firmado o Pacto Comunitário contra a Violência Intrafamiliar, no âmbito da Campanha Nacional - *Uma vida sem violência é um direito nosso*, com a participação de autoridades e de representantes de organismos internacionais e nacionais de defesa dos Direitos Humanos. O objetivo principal desta campanha foi o de alertar para o grave problema da violência intrafamiliar e para os custos sociais da violência. A campanha foi idealizada com o objetivo de aprofundar a discussão da violência no Brasil, estimular a construção de uma cultura de paz, e, especialmente, no marco da Campanha Internacional das Nações Unidas pelos Direitos Humanos da Mulher e da Menina, dar visibilidade à violência intrafamiliar.

Desde então o governo brasileiro, pressionado pelos movimentos feministas e de mulheres negras, vem investindo cada vez mais em políticas públicas voltadas à defesa dos direitos das mulheres, criando-se centros de atendimento às mulheres vítimas de violência, abrigos e outras iniciativas.

Contudo, o grande desafio reside em tornar o tema da violência uma questão de estado, logo de responsabilidade do Estado, mas também de responsabilidade de toda a sociedade. Neste sentido, organizações da sociedade civil, como **CRIOLA**, têm se mobilizado na direção da formação de redes frente à violência contra a mulher.

Dessa forma, para subsidiar a formação da **Rede Ìyá Àgbá de Mulheres Negras frente à Violência**, fez-se necessária a realização de um estudo sobre o tema. Coube investigar a incidência da violência nas suas diferentes expressões nas comunidades onde se localizam as sete casas afro-religiosas selecionadas para o desenvolvimento do referido projeto, as formas de enfrentamento da violência buscadas e os resultados obtidos, bem como o conhecimento dos mecanismos institucionais existentes e as “respostas” dadas ao problema. Mostrou-se importante se compreender o espaço das casas de candomblé como possibilidade de lugar de resistência à violência que vitimiza as mulheres negras, ou seja, como espaço de acolhimento dessas mulheres, para que estas rompam os elos da cadeia de violências que as aprisionam.

O presente relatório é o resultado da pesquisa sobre violência, desenvolvida a partir do projeto Ìyá Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência, junto a seis comunidades afro-religiosas localizadas nos municípios do Rio de Janeiro, São João de Meriti e de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense. Sua concretização representa um passo adiante na investigação de algumas variáveis que possibilitem subsídios frente ao estudo da violência, bem como sobre o papel das casas religiosas e de suas lideranças no apoio e orientação de mulheres vítimas de violências.

A pesquisa teve como objetivos:

- Compreender os processos sociais de produção e reprodução da violência intrafamiliar e urbana que ocorrem nas comunidades onde se localizam as seis casas afro-religiosas selecionadas e o seu impacto na vida das mulheres negras integrantes dessas casas;
- Aprender as estratégias de enfrentamento da violência produzidas pelas mulheres negras participantes das comunidades afro-religiosas;
- Identificar os mecanismos institucionais existentes nas comunidades para a busca de atendimento às necessidades das mulheres negras, bem como as respostas dadas;
- Compreender o papel das casas afro-religiosas como espaço de acolhimento, resistência e empoderamento e orientação de mulheres vítimas de violências;
- Compreender o papel das lideranças religiosas no apoio e orientação a essas mulheres, assim como em uma atuação política junto às instancias governamentais, tendo em vista a defesa do direito a uma vida digna e sem violências para as mulheres negras;
- Subsidiar a elaboração de uma publicação sobre o tema.

Do ponto de vista da metodologia, o presente estudo teve a duração total prevista de 11 meses. Inicialmente, foi feita pesquisa bibliográfica para fundamentar a elaboração do projeto de pesquisa. Em seguida, foi elaborado o instrumento de coleta de dados a ser utilizado.

Para a realização da coleta foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (roteiro em anexo) com mulheres participantes das casas afro-religiosas selecionadas para a implementação do Projeto Ìyá Àgbá: Rede de Mulheres Negras frente à Violência.

Pretendia-se entrevistar setenta mulheres de comunidades afro-religiosas, isto é, dez mulheres de cada uma das sete Casas, previstas no projeto de Criola, sendo realizadas abordagens com a Ìyálorísá, com as duas apoiadoras, com uma Ekedy, com uma iyawó, com uma abian e com quatro

mulheres freqüentadoras. Contudo, uma das casas deixou de integrar o projeto em virtude do falecimento da sua dirigente, tendo sido realizada a pesquisa em seis casas, efetivando ao total 57 entrevistas, uma vez que das 60 esperadas, três apoiadoras se desligaram do projeto. Do total das 57 entrevistas realizadas na amostra², apenas duas tiveram que ser desprezadas (3%), o que é tecnicamente extremamente aceitável em virtude do fato de que a gravação estava inaudível, tendo sido consideradas válidas um total de 55 entrevistas (97% do total).

As entrevistas foram totalmente gravadas, tendo sido obtida concordância da parte das entrevistadas, que adotaram nomes fictícios ou não nesse sentido. A intenção foi assegurar maior fidedignidade às narrativas e aos dados coletados, bem como o anonimato. Contudo, na maioria, as entrevistadas preferiram utilizar o próprio nome.

Cabe o registro de que durante a realização das entrevistas, verificou-se alto grau de confiança e descontração na relação pesquisadora/pesquisadas, o que se atribui em parte ao fato de que a pesquisadora tem familiaridade com o universo pesquisado, uma vez que também é integrante do Candomblé, o que fez com que não fosse vista como uma “estrangeira”. Certamente esse elemento da história de vida da pesquisadora favoreceu o trabalho de coleta de dados, propiciando maior facilidade na entrada nos Ilês, bem como, na realização de “achados” nas narrativas das tramas das histórias de vida das mulheres investigadas.

Por outro lado, verificou-se um alto índice de perguntas não respondidas. Uma das hipóteses que se apresenta é a de que o roteiro das entrevistas teria sido demasiado longo, considerando-se que a marcação das entrevistas procurou respeitar os compromissos das entrevistadas com o calendário do Ilê. Ou seja, na maioria das vezes, foram marcadas entrevistas nos horários em que as pessoas já teriam alguma atividade litúrgica ou social no Ilê. Nesse caso, uma hora ou mais de entrevista talvez fosse muito para quem estava com outros compromissos no Ilê. Em outros casos, as mulheres podem não ter respondido algumas perguntas por outros motivos: não entendimento da pergunta, acharem que o assunto já fora respondido anteriormente, ou ainda, por ser um assunto do qual não queriam/conseguiram falar por ser tratar de algum tema delicado.

Ao final da coleta do material empírico, foi realizada a sistematização das informações e análise qualitativa dos dados obtidos, aliada à quantificação dos mesmos em tabelas e gráficos. A margem de confiança da pesquisa é de 95% e 5% a margem de erro.

Por último, como previsto no projeto, deverá ser organizada uma publicação como produto do presente estudo, a ser lançada e distribuída.

² Amostra é a parcela de uma população investigada, que deve ser representativa das características do universo pesquisado.

O ESTUDO REALIZADO

O presente estudo não teve a pretensão de apresentar conclusões de caráter definitivo acerca da violência nas comunidades afro-religiosas. A intenção situou-se na perspectiva de oferecer uma primeira aproximação a este debate, através de um conjunto de variáveis coletadas no trabalho de campo. Acredita-se que a interpretação crítica dos dados contidos no estudo realizado possibilite o desvelamento das condições de vida das mulheres que freqüentam o território geopolítico das casas afro-religiosas, seu perfil e as formas de enfrentamento que forjam para escapar/conviver com as diferentes formas de violência presentes na sociedade.

Em termos gerais a pesquisa encontrou o seguinte perfil predominante de mulheres: com idade entre 30 e 69 anos, praticantes do candomblé, com uma prole de 3 filhos em média. Quanto à situação de trabalho, verificou a prevalência de ausência de vínculos, o que indica uma não-inserção no mercado formal de trabalho, bem como das ocupações consideradas *femininas*, predominando as mulheres que trabalham na mesma cidade em que residem. Prevaleceu a carga horária de 40 horas semanais de trabalho, ainda que distribuída de modo flexível, o que corrobora o caráter de informalidade prevalente nas relações de trabalho encontradas. O trabalho com vínculo celetista não foi significativo, o que é indicador da confirmação da tendência nacional de não-inserção formal das mulheres no mercado de trabalho, com destaque para a alta incidência de precarização nas relações de trabalho. Do ponto de vista da renda, encontrou-se forte discrepância, que inclusive se confirmou em termos de escolaridade. No tocante à participação política, os resultados mostraram baixo nível de participação na chamada macro-política, ficando a participação restrita predominantemente à participação no projeto *Iyá Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência*, seguida pela participação na Rede Saúde nos Terreiros. Pressupõe-se que a participação neste projeto tenha possibilitado o exercício de atividades de alargamento da consciência crítica, com vistas a uma potencial participação democrática na gestão e no controle das políticas e da rede de serviços oferecidos.

Foi elaborado um relatório referente à pesquisa realizada em cada uma das seis Casas, sendo que ao final foi realizada a sistematização e a análise da totalidade dos dados dos relatórios parciais.

SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

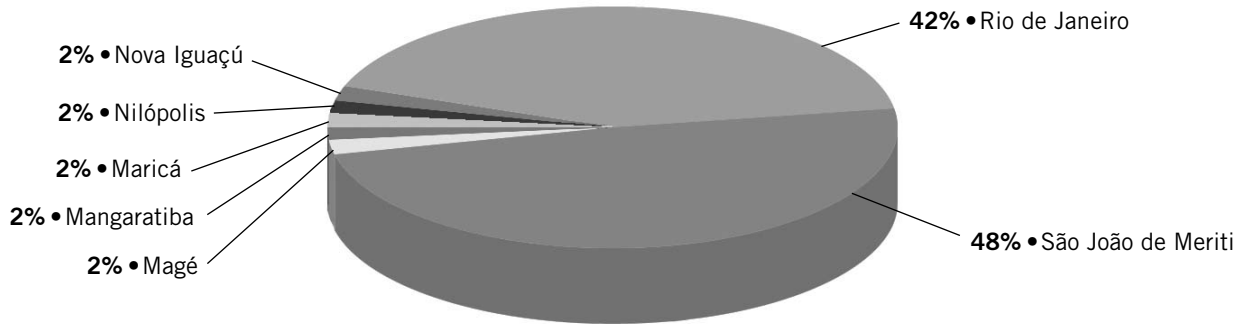
No Estado do Rio de Janeiro toda a população, em especial a população pobre e negra moradora da periferia da capital e da baixada Fluminense, com pouco acesso a bens e serviços sociais, é vitimizada por encontrar-se particularmente exposta a uma diversidade de manifestações de violência, que vão desde as más condições de vida até o convívio com execuções sumárias por parte de agentes do próprio Estado ou exposição às arbitrariedades do tráfico, até a convivência com o racismo e a violência doméstica.

Este quadro de exposição a distintas formas de violência foi verificado no cotidiano das mulheres pesquisadas, da Rede *Iyá Àgbá: Rede de Mulheres Negras Contra a Violência*, o que coloca sob suspeição a possibilidade de efetivação de patamares mínimos para um *Estado de Direito* no Rio de Janeiro.

I • PERFIL DAS ENTREVISTADAS

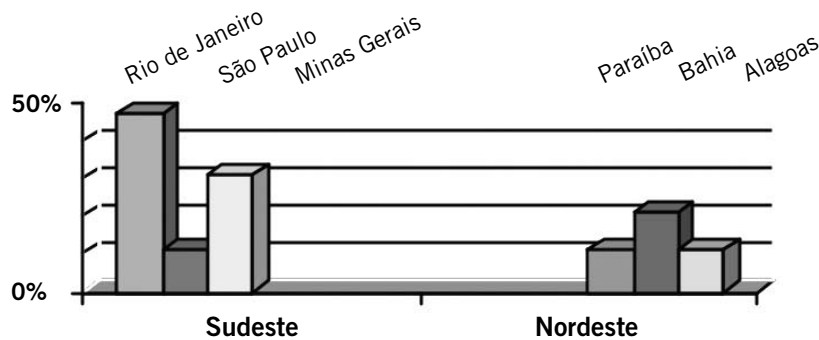
Foram consideradas válidas as entrevistas feitas com 55 mulheres das comunidades religiosas pesquisadas, sendo 38 integrantes das casas religiosas, 15 capacitadas pela rede *Iyá Àgbá* e 23 assistidas pelo projeto, na sua maioria residentes no Município de São João de Meriti (48%), conforme pode ser verificado no Gráfico a seguir.

Município de Moradia



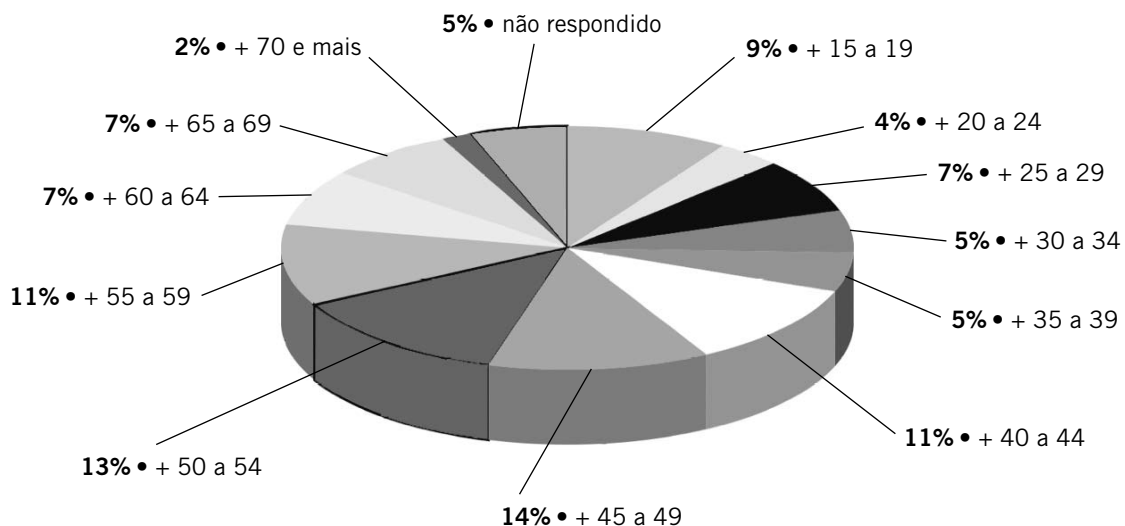
A maioria das entrevistadas é natural da Região Sudeste, particularmente Estado do Rio de Janeiro. (47%). Em segundo lugar aparecem as nascidas no Estado de Minas Gerais (21%).

Naturalidade



Embora tenha se encontrado uma grande variação de faixa etária entre as mulheres pesquisadas, há uma predominância das entrevistadas com idade madura, na faixa de 40 a 59 anos, totalizando 49%. Cabe destacar, entretanto, significativa presença de jovens com idade entre 15 a 19 anos (9%).

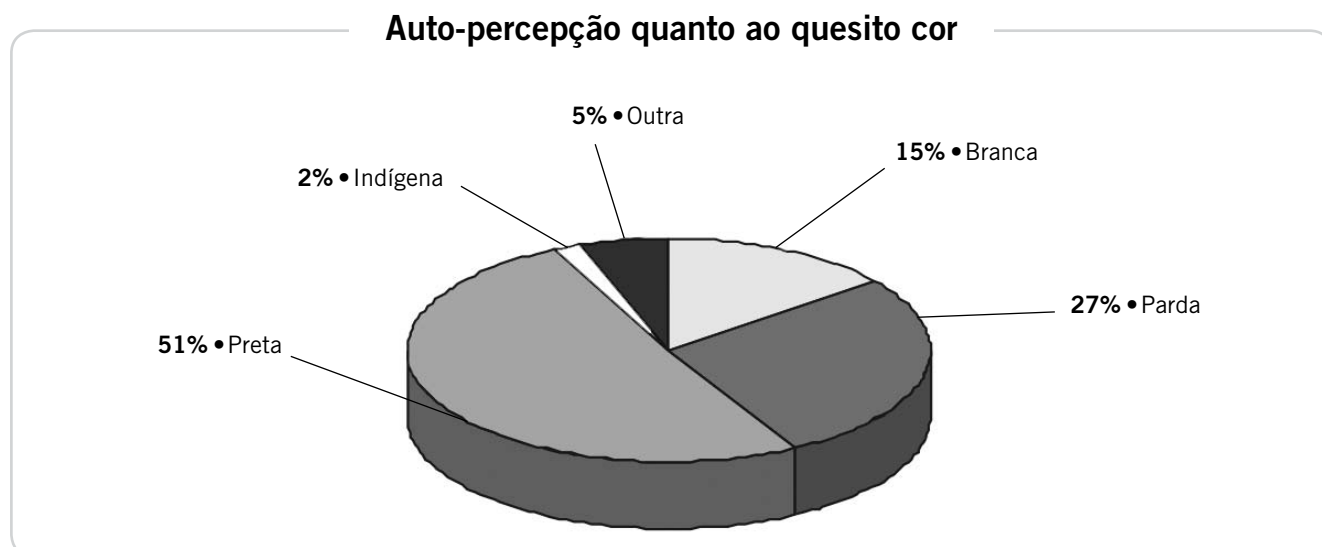
Idade



Verificou-se, como era esperado, grande representatividade da presença da *população negra* nas casas religiosas de matriz africana, considerando-se as que se auto-declararam “pretas” (51%) e as que se classificaram como “pardas” (27%), totalizando 78%. No tocante à autopercepção quanto ao quesito cor, apesar da maioria das entrevistadas se auto declarar “preta”, segundo a classificação do IBGE - 51% -, algumas dentre as mesmas se auto declararam “brancas”, mesmo informando terem sofrido discriminação racial “por serem negras” e se auto reivindicarem como afro-descendentes, quando perguntadas sobre sua origem étnica. Esta auto-declaração como *brancas* mostra o que Oracy Nogueira denomina *fuga da cor*¹, resultado do processo de mestiçagem e da ação da ideologia do embranquecimento. Este processo produz grande impacto na construção da identidade étnico-racial na população brasileira, obstaculizando a definição de quem é negro no Brasil.

Por outro lado, considerado o legado africano na constituição do povo brasileiro e sua posição de classe, encontrou-se um depoimento que mostra o dilema da classificação étnico-racial no nosso país, a exemplo do que disse Caetano Veloso na música Haiti: “...mas presos são quase todos pretos ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres...”.

... no nosso País ... não existe branco, todos somos pretos”. (Nayá, 42 anos, Iyawo do Ilê Axé Opô Afonjá).



Uma dentre as entrevistadas se auto declarou “branca”, mas disse se considerar negra.

“Me considero negra, porque a maior arte da minha família é negra”. (Alessandra, 26 anos, apoiadora do Ilê Iyá Tope e Xangô Alafim).

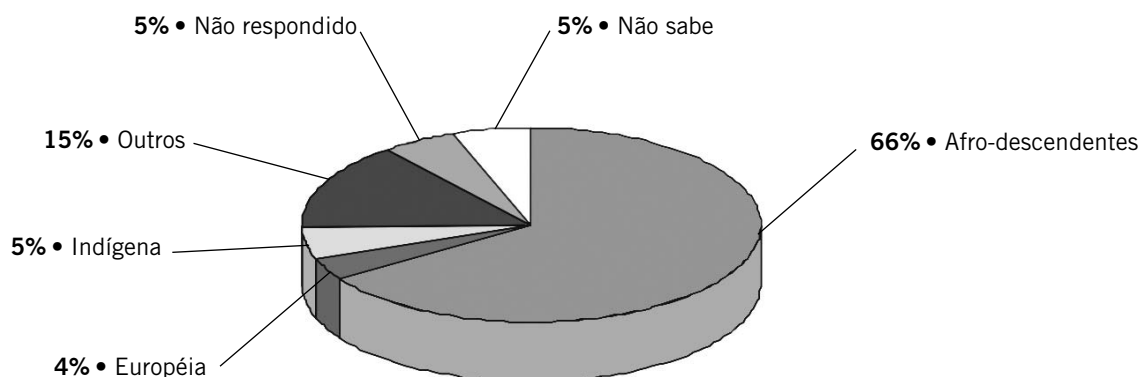
No tocante à autopercepção quanto ao quesito cor, a entrevistada abaixo se auto declarou “parda”, mesmo sendo negra reiterando o mecanismo da *fuga da cor*.

“...me chamaram de negra... eu não sou negra não, minha cor é parda... negro é carvão, eu não sou carvão...” (Antônia, 48 anos, Mulher da Comunidade, Ilê Iyá Mangele ô).

É interessante a análise do gráfico abaixo, que demonstra a grande maioria das mulheres declarando sua origem étnica como afro-descendente (66%). Isso pode reafirmar a hipótese de que a filiação religiosa ao candomblé pode potencializar a vinculação de pertencimento étnico-racial à população afro-descendente.

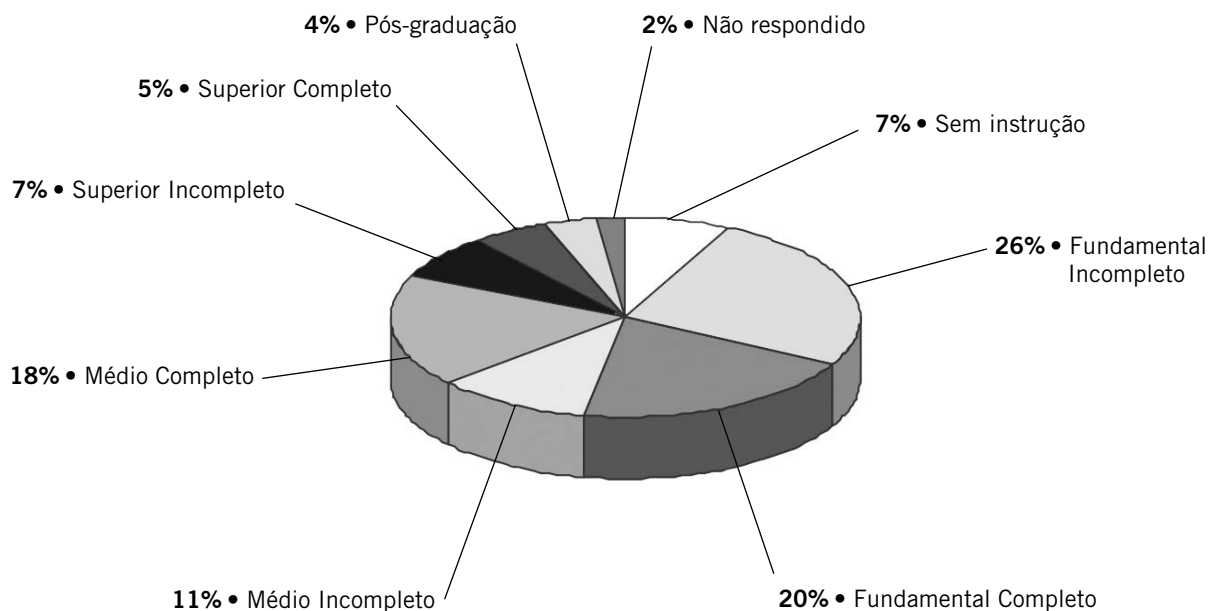
1 A respeito do conceito fuga da cor, ver Nogueira, Oracy. Tanto preto quanto branco. São Paulo, T. A. Queiroz, 1985.

Declaração sobre a origem étnica



Quase metade das entrevistadas conseguiram concluir o equivalente ao atual curso fundamental (49%), portanto, a pesquisa confirma a tendência verificada em outras pesquisas quanto à elevação do grau de escolarização das mulheres ocorrida nos últimos anos. Vale destacar que apenas 7% das entrevistadas não têm instrução, 5% destas têm curso superior completo e 4% possuem algum curso de pós-graduação.

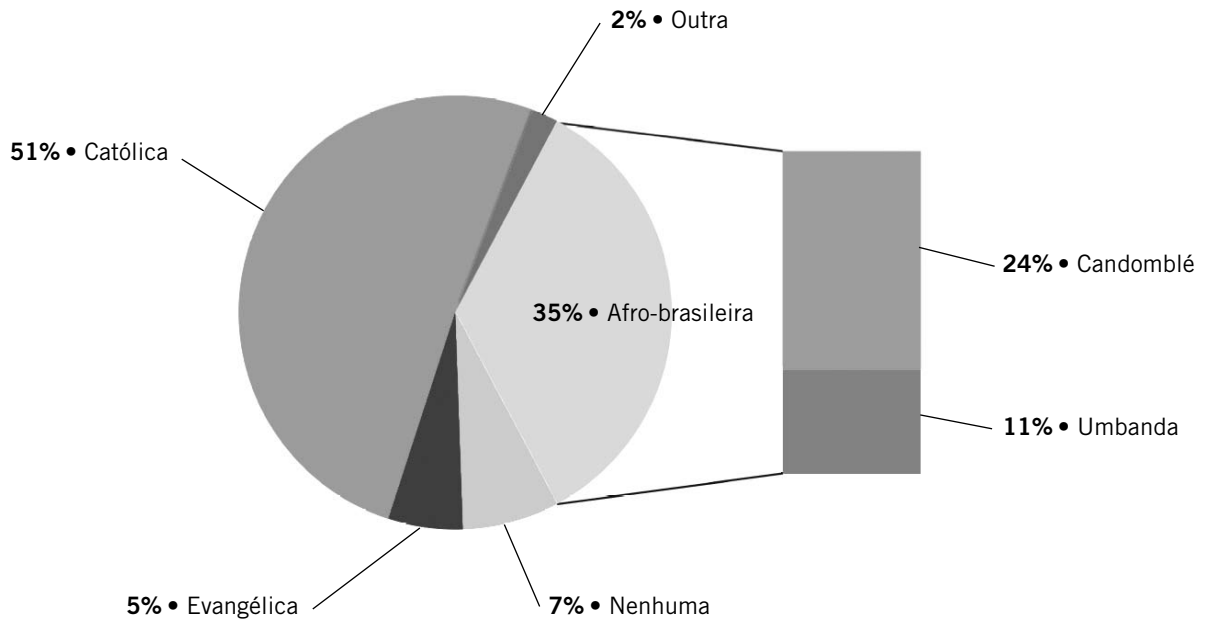
Escolaridade



Em sua maioria as mulheres tiveram formação religiosa católica (51%), por ser esta a religião “oficial” na sociedade brasileira, contra 35% de entrevistadas com formação religiosa afro-brasileira.

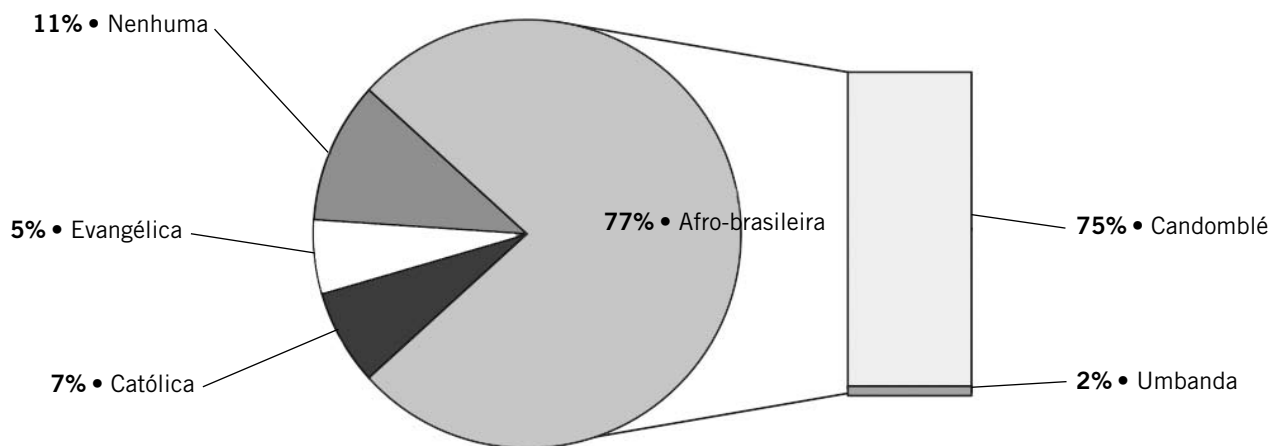
Entre as entrevistadas que informaram ter orientação religiosa católica na família de origem, algumas tiveram formação híbrida, reafirmando-se a tendência sincrética na religiosidade brasileira, uma vez que tiveram como segunda religião de influência a prática concomitante do candomblé.

Religião de formação



Atualmente, a maioria das entrevistadas pratica o candomblé. Duas entrevistadas que tiveram formação religiosa na umbanda migraram para o candomblé na fase adulta, sendo esta a religião praticada atualmente. E uma que teve formação apenas católica, hoje também pratica o candomblé, tendo abandonado o catolicismo.

Religião praticada



Uma entrevistada apresenta o seguinte relato:

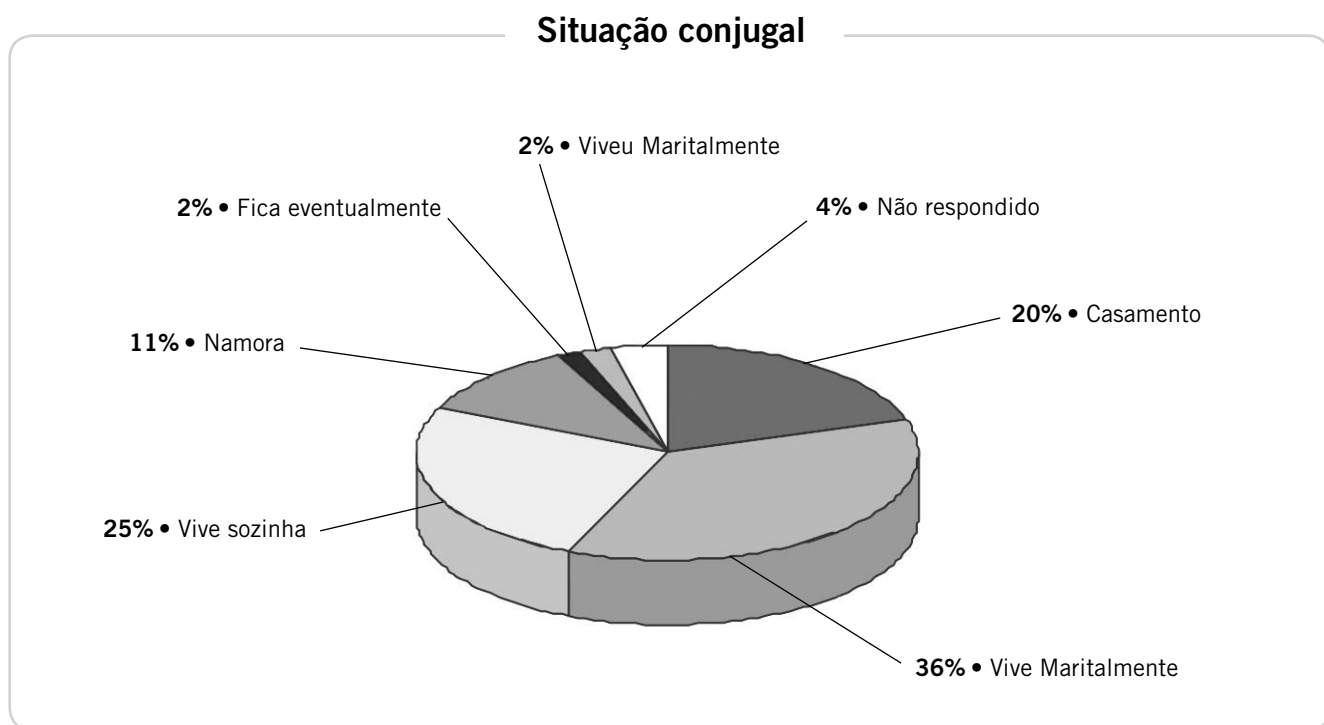
“Até os 15 anos fui católica, depois fiquei um ano na Assembléia [de Deus], depois conheci essa religião que eu amo de paixão, adoro,...aí pronto...pretendo continuar”. (Alessandra, Abian do Ilê Axé Ala Korowo, participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência, como assistida).

II • SITUAÇÃO CONJUGAL / FAMILIAR

A maioria das entrevistadas é solteira, do ponto de vista do estado civil (59%), seguindo as casadas (25%).

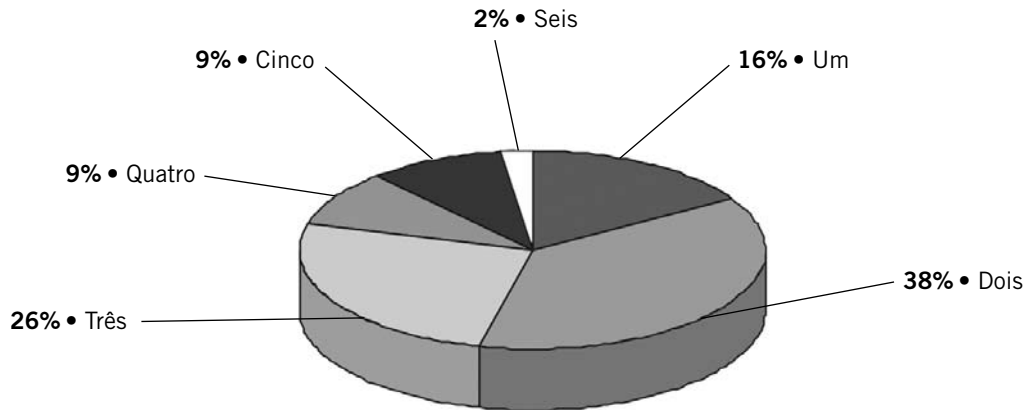


Em termos da situação conjugal, a maior frequência está representada pelas que vivem maritalmente (36%), seguindo-se as que vivem sozinhas (25%). Em terceiro lugar aparecem as casadas (20%). Assim, as que mantêm relações conjugais estáveis constituem (56%). A maioria das mulheres ainda reproduz o modelo tradicional de família monogâmica, de tipo nuclear e de padrão heterossexual. Além disso, nenhuma declarou manter outro relacionamento conjugal.



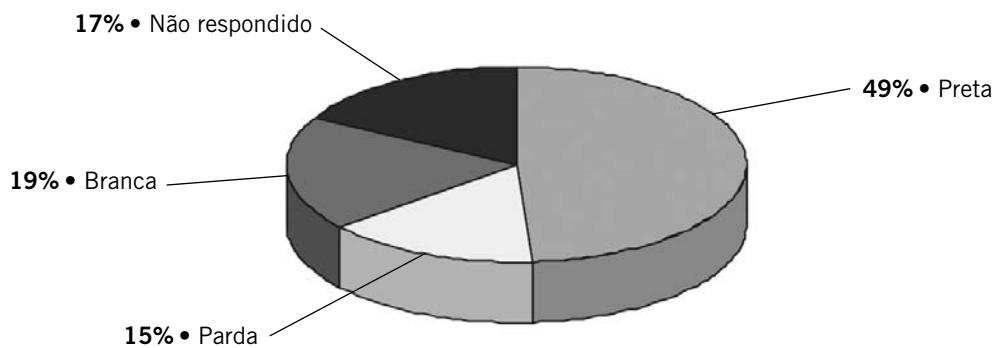
Com relação aos filhos, a grande maioria das entrevistadas apresenta filhos (78%). Pode-se perceber que a amostra apresenta predominantemente uma prole de dois a três filhos (64%).

Número de filhos



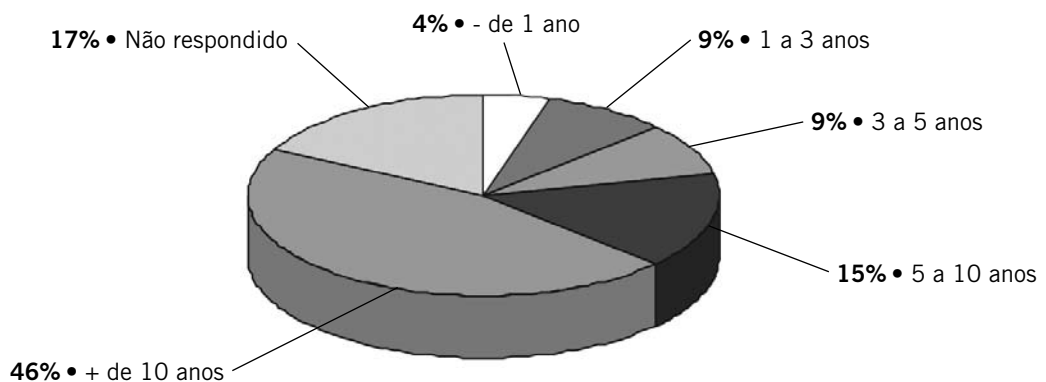
O gráfico abaixo exibe a baixa ocorrência dos casamentos inter-étnicos na amostra:

Cor da pessoa que mantém relação estável



Observa-se que uma parte significativa das entrevistadas (46%) apresenta relacionamento mais duradouro, com mais de 10 anos, o que mostra como as mulheres entrevistadas estão ligadas à reprodução da ideia de indissolubilidade do casamento.

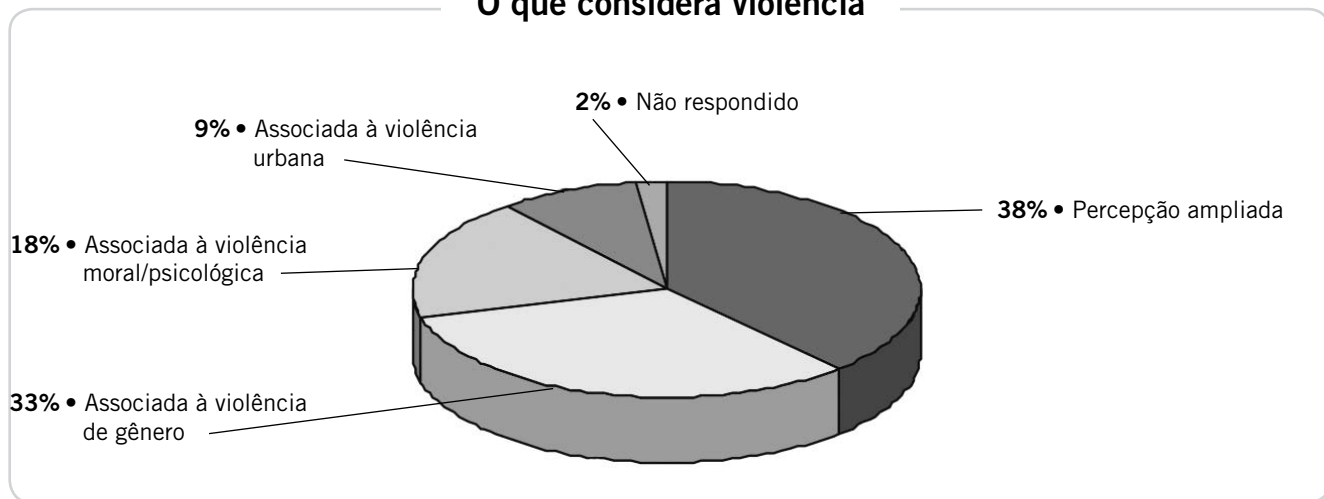
Quanto tempo dura/durou o relacionamento



III • VIDA CONJUGAL E VIOLÊNCIA/ MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO

Uma grande parte das entrevistadas (38%) apresenta uma visão ampliada da violência, ou seja, não restrita à violência física, moral ou psicológica de gênero, doméstica ou intra-familiar, mesmo entre aquelas que não foram capacitadas. Isso pode apontar para o fato de que elas concebem que processos de vulnerabilidade social, econômica, cultural ou ambiental constituem violência. Entre as entrevistadas, registrou-se, também, o percentual de 51% de concepções de violência associadas à violência de gênero, em suas várias modalidades. Contudo, vale registrar que apenas 9% das entrevistadas fazem referência à violência urbana.

O que considera violência



Verificou-se equilíbrio entre as que declararam já ter sofrido alguma forma de violência conjugal e as que responderam negativamente, com ligeiro predomínio (51%) das que já viveram situação de violência em algum relacionamento.

Já viveu situação de violência em algum relacionamento? Conjugal/intra-familiar



A partir dos depoimentos analisados, pode-se observar determinados impactos da violência nas vidas dessas mulheres. Esses impactos podem ser classificados como tortura psicológica/socialização para o medo, posse/control, vivência da “conspiração do silêncio”, cronificação da violência e o disciplinamento para a submissão, elementos que podem ser encontrados nos relatos a seguir.

“...ele queria quebrar as coisas, me bater... Quando eu estava conversando com alguém, ele esperava eu entrar em casa e o tapa comia... eu muito boba, não revidava... para que não houvesse

alarde... eu tinha vergonha... pras pessoas não ficarem sabendo o que aconteceu dentro de casa... De madrugada, ele achava que eu não tinha que dormir, então ele me jogava um balde de água fria". (Sheila, 45 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência e filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá).

"...Meu marido é um homem de perfil dito 'o ciumento'...de querer controlar a vida do outro, onde vai, com quem vai, a que horas chega, a que horas vai, isso aí eu não aceito...32 anos de vida em comum mas até hoje eu brigo por isso. ...hoje em dia, é um homem doente...depende de mim pra tudo, mas continua o mesmo carrasco...passei da hora de romper com isso...teve um momento... Eu retomei a relação por causa dos meninos. Eu não sou feliz em relação ao meu marido". (Maria, 59 anos, apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência e filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá).

"...ele batia, depois de bater queria ter sexo...a qualquer custo. E se eu retrucasse ele batia". (Sheila, 45 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência e filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá).

"Foi muito horrível, ele inclusive tinha outra mulher, e a gente se agredia com palavras, era também brigas de cair, de se embolar, e aí eu falei que eu não queria mais isso pra mim". (Cris, 57 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Bory Mesã).

"O meu ex-namorado era muito ciumento, ele sentia ciúmes de mim até com meu irmão, ... comecei a ficar com outro rapaz, ... meu ex-namorado me ligou e a gente saiu junto, fomos dormir junto, ele pediu pra voltar, aí eu falei, eu volto pra você mas tenho que te contar uma coisa, eu contei do rapaz, aí ele ao mesmo tempo que teve relação comigo, ele me bateu, xingou, eu não tive reação, depois eu vi as marcas e vi que tinha sido uma agressão...". (Cristina, 27 anos, Abian do Ilê Axé Bory Mesã e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

"Tava na rua ... parei para conversar com uma pessoa aí esse meu namorado veio, do nada me deu uma banda e caí no chão, quando eu levantei, ele me deu um tapa na cara, aí eu perguntei o que estava acontecendo, aí ele falou que não queria que eu conversasse com ninguém fui pra casa chorando". (Nilza, 28 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Bory Mesã).

"...ele ficou doente, mesmo ele internado...dizia barbaridades..., me chamou até de ladrona...". (Sandra, 50 anos, Egbomi, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

"...esse meu marido ...é danado pra me chamar de burra, ...fiquei muito revoltada com ele,...ele não me bate mas ele me agride assim com palavras". (Márcia, 57 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo)

"Eu sou vítima da violência totalmente. Quando ele era bandido, traficante da favela, além de eu ser a esposa de casa, ele tinha outras mulheres... eu não aceitava ele ter outras mulheres... eu brigava com ele e ele me batia". (Jaqueline, Iyawo, do Ilê Axé Alá Korowo e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência)

"Eu fui morar com o pai das minhas filhas... ele fazia eu fumar maconha, eu não fumava... tudo isso foi uma violência muito grande... esse rapaz foi o cão da minha vida. Sofri tudo que um ser humano pode sofrer. Fui obrigada a fumar maconha, me queimou de cigarro e eu disse que não fumava. Esfregava minha cara na parede pra eu cheirar cocaína e eu não cheirava...". (Luzia, 50 anos, apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

“Ele me batia, eu ficava marcada, todo mundo via ele me bater ... teve uma vez que ele tentou me matar, os vizinhos invadiram a minha casa pra me socorrer e me colocaram pra fora”. (Kátia, 38 anos, mulher da comunidade e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência no Ilê Axé latopé e Xangô Alafim).

“Espancamento, não tinha como denunciar, ele me ameaçava, eu tinha medo de falar por causa das crianças, e eu só rompi com isso porque ele faleceu, ai eu fiquei sozinha...” (Nádia, 46 anos, Iyawo e participante do Ilê Axé latopé e Xangô Alafim).

“... ele era um homem muito violento ... ele avançava em mim do nada, me espancava, me marcava toda, sem ter motivo ... ele descarregava em mim ... enfrentei tudo sozinha, até porque eu tinha muito medo dele me fazer alguma maldade comigo e com meus filhos ... graças a Deus ele faleceu”. (Maria, 46 anos, mulher da comunidade e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência no Ilê Axé latopé e Xangô Alafim).

“... eu sofri vários tipos de violência ... eu me toquei fogo, eu toquei fogo nele ... ele me batia...eu sofri muito, na época eu não podia denunciar porque ele me ameaçava, quando ele voltasse da delegacia ele ia fazer pior e eu engoli esses trinta anos sofrendo... tem aquele ditado antigo, briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. As pessoas até ajudavam (os vizinhos) com conforto, com palavras. Mas se meter...ajudar pra tirar do sufoco não”. (Mãe Amélia, 62 anos, Iyalorixá do Ilê Axé latopé e Xangô Alafim, e apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

Algumas entrevistadas disseram nunca ter recebido violência porque elas enfrentam, conforme se pode constatar na fala a seguir:

“O meu marido era uma pessoa difícil porque não tinha muito juízo, eu tenho certeza que a pessoa violenta era eu, comigo ele não era, mas sei que ele tinha muitas mulheres, que ele espancava...eu que falava em brigar e matar ... eu era muito quente!”. (Mãe Torody, 48 anos, Iyalorixá do Ilê Axé Ala Korowo e apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

Segundo dados da Fundação Perseu Abramo, de 2001, a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil. Ainda assim, as mulheres não denunciam, seja por culpa ou vergonha, seja porque a situação é naturalizada e tolerada pela sociedade.

Ao sentirem culpa ou vergonha, é comum a atitude de mulheres que vivem situação de violência de se isolarem e viverem solitariamente “o seu drama”. Ao agir dessa forma as mulheres destituem o caráter político/público que circunda a problemática da violência de gênero enquanto demanda ao Estado, na contra-corrente do que os movimentos feministas nos anos 70/80 defenderam: *o pessoal é político*. Por outro lado, estas mulheres podem também, ao se isolar, estar anunciando o descrédito na capacidade de o poder público atuar de forma regulatória e coibitiva/ punitiva na vida privada, reafirmando uma dificuldade de romper o silêncio e denunciar, efetivando o enfrentamento jurídico da violência vivenciada.

A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo concluiu que uma em cada cinco mulheres brasileiras já sofreu algum tipo de violência praticada por homens. Contudo, os dados da pesquisa realizada nas casas religiosas de matriz Africana do Estado do Rio de Janeiro contrariam em parte esta conclusão, uma vez que do total das entrevistadas na amostra apenas 51% declararam ter sofrido algum tipo de violência praticada por homens. Isto pode indicar que 49% dessas mulheres entrevistadas não consideraram agressões verbais, morais e psicológicas, quebra de objetos, ameaças e outras, que provavelmente sofreram, como situações de violência.

A maioria das entrevistadas ao sofrer violência viveu solitariamente a situação (29%). Das que procuraram ajuda, 18% recorreram a amigos ou parentes, 14% procuraram sua dirigente religiosa e apenas 7% optaram por sair de casa, rompendo a relação violenta.

De acordo com os dados coletados na pesquisa da Rede Iyá Agbá, Rede de Mulheres Negras Contra a Violência, a dificuldade de enfrentamento jurídico da violência doméstica está relacionada a atitudes de medo de represálias, culpabilização e vergonha, próprias do processo de socialização das mulheres. Por outro lado as mulheres, via de regra, não procuram ajuda de amigos ou parentes por acreditarem que estes não se envolveriam, segundo a máxima “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Vale destacar que, no que pese a possibilidade de indignação de amigos ou familiares em relação à violência, prevalece esta forma de tratar a violência intra-familiar — como uma questão privada —, o que tem alimentado a naturalização desta forma de violência, e, conseqüentemente, a impunidade e sua cronificação.



Dentre as que responderam outra forma de reagir à violência não prevista no roteiro das entrevistas, cabe destacar a atitude de enfrentamento direto do companheiro quando da ocorrência da agressão do tipo moral/psicológica:

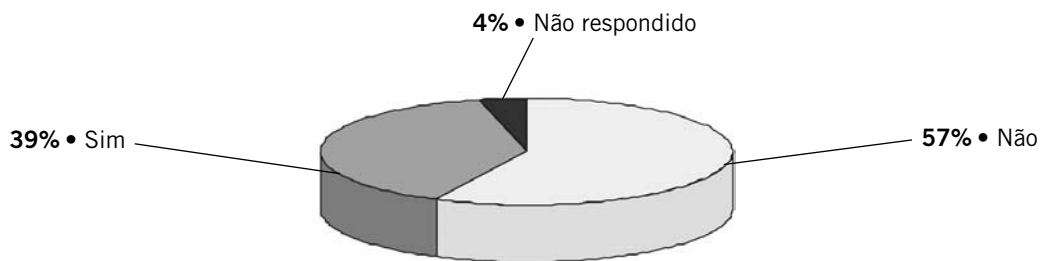
“eu estava de costas ... me coloquei de frente para ele e mostrei que as coisas não seriam bem assim como ele poderia estar supondo que iria acontecer ... pedi que ele saísse da minha casa” (Ângela, sem idade declarada, mulher da comunidade assistida pelo projeto Iyá Agbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Omulu Oxum).

Chama a atenção, nesse caso, o fato de que a mulher que tem renda e moradias próprias, tem em tese maior capacidade de reação e de ruptura em relação ao contexto de violência vivenciado.

Outra forma de enfrentamento encontrada neste mesmo Ilê foi a estratégia de “forjar uma cena” para escapar da violência, ludibriar o agressor, e, em seguida, chamar a polícia:

“... queria me levar à força pra casa dele... eu tive que fingir cair no chão e chamar a polícia, o camburão, e ele foi logo dizendo ‘eu sou da casa’ (ele era policial militar)”. (Cátia, sem idade declarada, Ekedy do Ilê Omulu e Oxum).

Procurou dirigente religiosa?



Algumas entrevistadas declararam ter procurado a dirigente religiosa, demonstrando assim que os ilês desenvolvem também uma função social, além de religiosa, constituindo-se em um abrigo, quando a dirigente (iyalorixá) apóia as mulheres.

Nesse caso, a líder religiosa apresenta papéis especiais, como o de acompanhar a mulher no encaminhamento/enfrentamento judicial em casos de violência de gênero/doméstica. Outro papel identificado nas entrevistas em relação à líder é o de guardar os segredos.

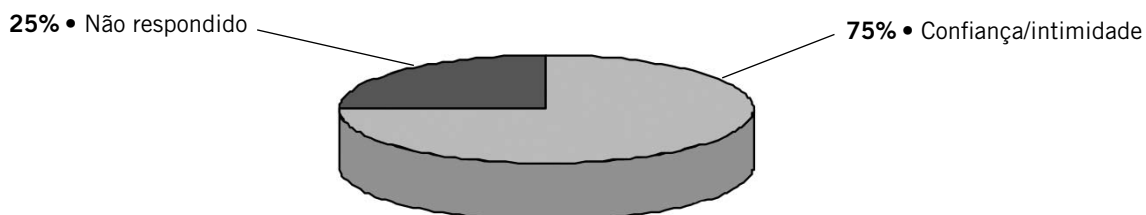
Todas as entrevistadas que procuraram a dirigente religiosa o fizeram por confiança e por nutrirem sentimento de intimidade.

No Ilê Axé latopé e Xangô Alafim, apenas uma entrevistada procurou a dirigente religiosa por confiança e intimidade, recebendo a orientação de ignorar, mas se continuasse que a mesma “desse parte na polícia”. A confiança e a intimidade proporcionam maior envolvimento entre a dirigente religiosa e a mulher que viveu situação de violência e que participa da casa de culto. A dirigente religiosa demonstra muitas vezes a doçura maternal e o rigor característico da líder capaz de conduzir e transmitir força para a mulher que a procura, como se pode verificar nos depoimentos a seguir.

“Eu não tinha uma pessoa..., não tinha liberdade para falar com minha mãe, com meus irmãos, procurava minha mãe de santo para desabafar... ela me dava bons conselhos...” (Sandra, 50 anos, Egbomi, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

“...A Iyalorixá desenvolve seu papel pelo acolhimento... tem que ouvir o desabafo, orientando... mexendo com a auto-estima...” (Iyalorixá Tânia, 48 anos, do Ilê Iyá Mangele Ô).

Por quê?



Dentre as entrevistadas que procuraram a liderança religiosa no Ilê Omulu e Oxum, uma era protestante e procurou a *Chefe de Célula* da Igreja Evangélica. A outra, candomblecista, informou que recebeu a orientação de utilizar a força e o poder da religião para o rompimento com a situação de violência, tendo sua Iyalorixá dito:

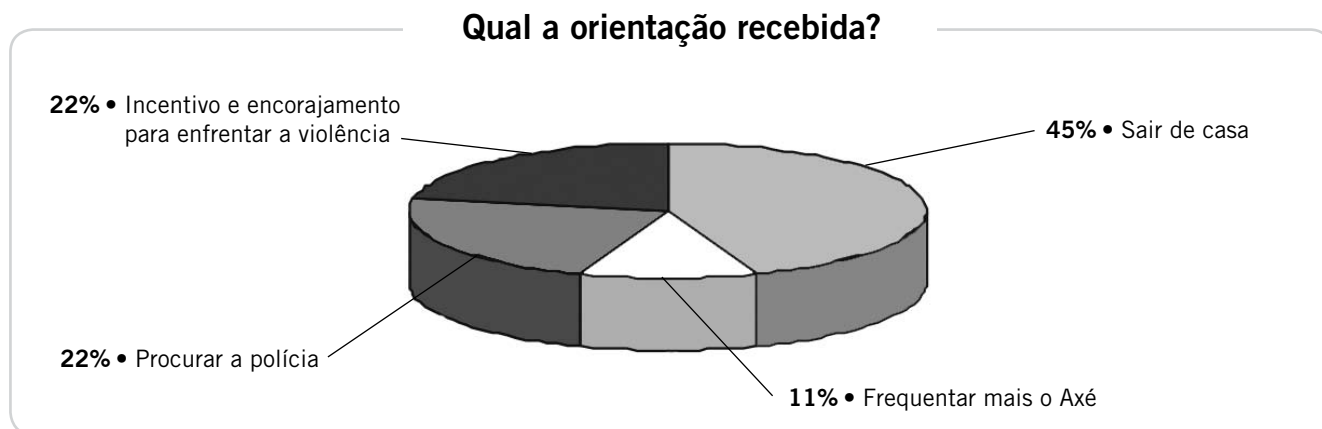
“Dá comida pra Exu, pra afastar esse homem do seu caminho, porque esse homem não é bom pra você. (Cátia, sem idade declarada, Ekedy do Ilê Omulu e Oxum).”

O motivo alegado por uma das entrevistadas para a procura da liderança religiosa refere-se à busca de orientação. Quanto à orientação recebida uma respondeu, informando que o encaminhamento dado ocorreu na direção de que ela rompesse com a relação, através da interferência do orixá Exu. Cabe considerar também que a líder religiosa apresenta papéis especiais, como o de acompanhar a mulher no encaminhamento/enfrentamento judicial em casos de violência de gênero/doméstica.

Outro papel identificado nas entrevistas em relação à líder é o de guardar os segredos. *“A Iyalorixá é a mãe que possui o segredo do Orixá”*. (Angélica, 41 anos, Iyalorixá, Filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá e participante do projeto *Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência como apoiadora*).

A líder também apresenta o papel da maternagem:

“...a gente é tão olhado como mãe, a gente trata tanto o Iyawo como filho que meio que se confunde esse papel de maternidade... pra educar,... orientar...” (Angélica, 41 anos, Iyalorixá, Filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá e participante do projeto *Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência como apoiadora*).

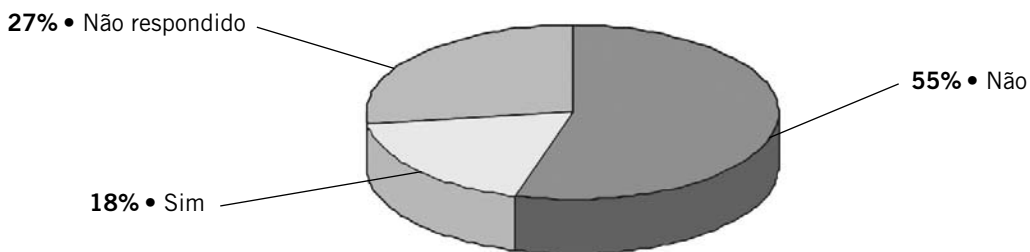


Algumas vezes a dirigente orientou as mulheres a saírem de casa, fazendo com que essas mulheres saíssem do lugar de subalternização e fossem para o espaço público forjar estratégias de ação, na direção do rompimento com a situação de violência.

“Eu agradeço muito ao axé por ter me separado dele. Minha mãe de santo sempre falava pra mim: Se você é guerreira, se você acha que você consegue criar seus filhos, se você tem forças pra isso, você larga e vai a luta que eu vou estar do seu lado, você não é obrigada a conviver com uma pessoa que te maltrata, que diz que não gosta mais...”. (Valéria, 40 anos, Egbomi, mulher do grupo de assistidas do projeto *Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo*).

“...eu já fui parar em delegacia, já dei queixa contra marido de filha de santo... eu incentivo mesmo a procurar a polícia, e mesmo a se separar quando a situação é realmente muito ruim...”. (Angélica, 41 anos, Iyalorixá, Filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá e participante do projeto *Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência como apoiadora*).

Considera ter sido alvo de violência sexual?



Apesar de 55% das entrevistadas terem dito que não foram vítimas de violência sexual, dentre aquelas que sofreram (18%) pode-se observar os relatos a seguir:

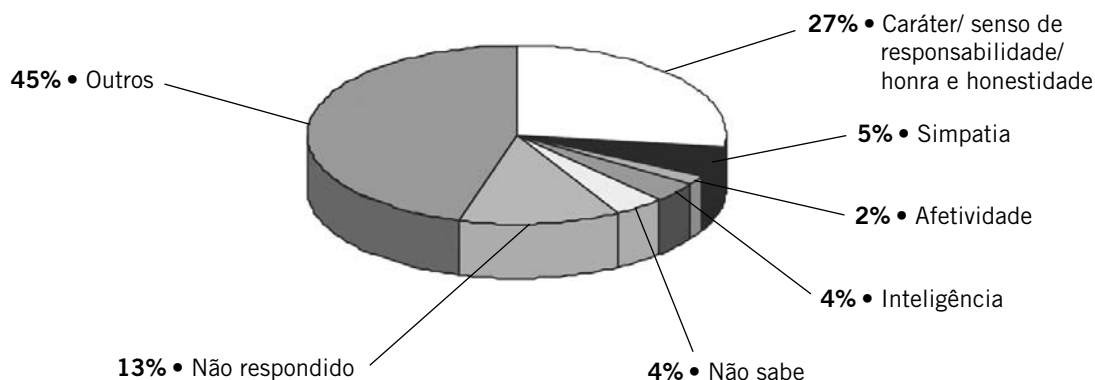
“No meu primeiro casamento eu era forçada a manter sexo com ele a força e muitas vezes debaixo de pancada, e muitas das vezes com fome”. (Márcia, 57 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

“...eu já tive outra situação de estupro... eu já fui violentada quando eu tinha 10 anos... me deixou muita seqüela, eu fui violentada pelo meu pai quando eu tinha dez anos (...) eu passei dez anos da minha vida tentando esconder isso, fazer com que minha mãe e as pessoas que me rodeavam não soubessem... eu fui tentando matar isso dentro de mim... durante dez anos só eu sabia, durante um ano eu fui violentada pelo meu pai dentro da minha casa. A minha mãe dormia no quarto e ele às vezes me acordava de madrugada para abusar de mim na sala... já pensei em suicídio... foi quando eu falei pra minha madrinha...”. (Cristina, 27 anos, Abian do Ilê Axé Bory Mesâ e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

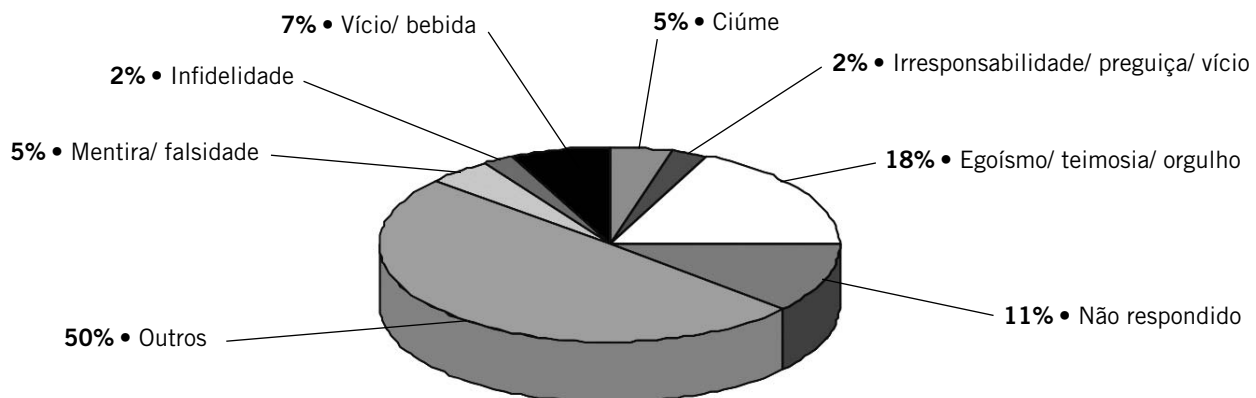
“Do próprio marido às vezes você não quer e é incumbida a querer”. (Valéria, 40 anos, Egbomi, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

Quanto à imagem das mulheres pesquisadas sobre seus parceiros, a maioria expressou qualidades variadas (45%), contra 27% que assinalaram como qualidade positiva de seus companheiros o caráter, enquanto que (50%) responderam características variadas quando perguntadas sobre o que mais as desagradam nos mesmos e 18% responderam egoísmo, conforme demonstram os gráficos abaixo.

Que qualidade mais admira no companheiro?



Que característica do companheiro mais a desagrada?



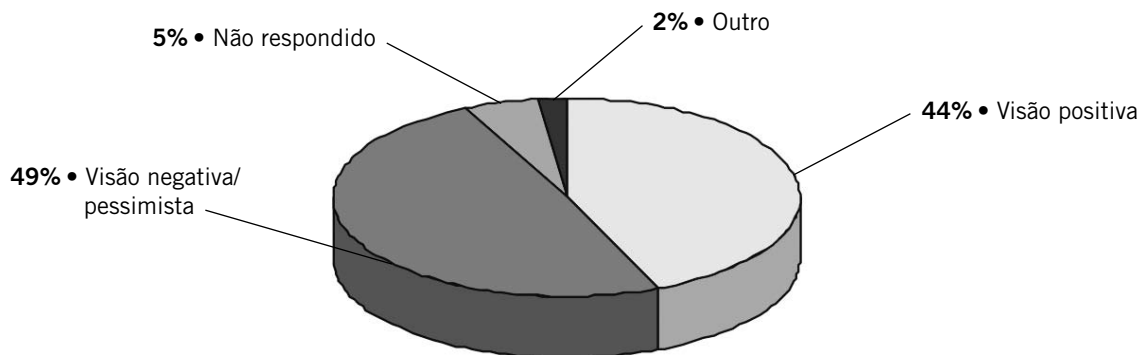
Dentre as entrevistadas, 64% expressaram o mito do amor romântico materializado em uma visão idealizada positiva do casamento, onde o amor materno aparece naturalizado quando eram mais jovens.

O que pensava sobre casamento/união quando era mais jovem?



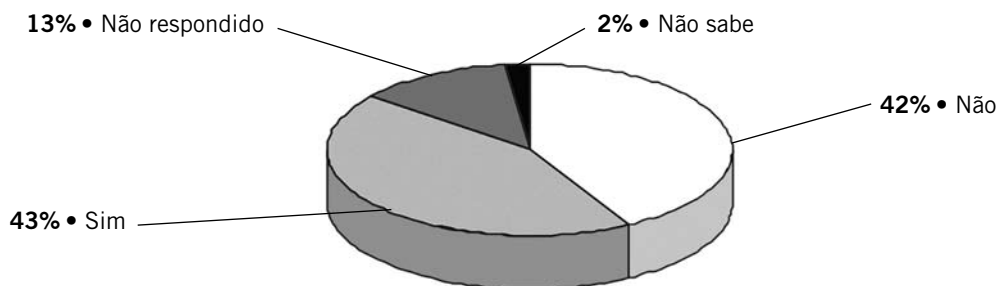
No que pesem as adversidades da conjugalidade, 44% responderam positivamente, quando indagadas sobre sua opinião atual sobre o casamento, contra 49% que atualmente passaram a ter visão negativa ou pessimista sobre o casamento.

O que pensa sobre casamento/união hoje?



As entrevistadas, ao serem perguntadas sobre o impacto do acúmulo das tarefas domésticas na violência intra-familiar, houve equilíbrio entre as que responderam positivamente e negativamente.

O acúmulo de tarefas familiares influi na violência intra-familiar?



O acúmulo de tarefas domésticas, por outro lado, é percebido por algumas como uma violência em si mesmo:

"...Isso contribui e já é uma violência... Eu acho também que as mulheres continuam educando seus filhos homens no padrão tradicional, elas são vítimas, mas alimentam também de certo modo esse tipo de violência".

Para outras esse acúmulo é desigual e injusto com a mulher:

"...a mulher trabalha fora... ele exige, quer isso, quer aquilo, como se estivesse castigando ela por não estar em casa... eu passei um pouco por isso,... como se ele estivesse me punindo. Trabalhamos juntos muitos anos durante a noite... a gente chegava em casa ele podia descansar... eu não, porque tinha os filhos... ai começa a briga... a gente trabalha junto, ganha junto, gasta junto, mas não se diverte na mesma proporção, não descansa na mesma proporção, o peso recai, mais sobre as mulheres, infelizmente". (Angélica, 41 anos, Iyalorixá, Filha de santo do Ilê Axé Opô Afonjá e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência como apoiadora).

"...a gente acaba se aborrecendo porque a pessoa não quer lavar um copo e eu faço todo o serviço de casa, gera um problema isso". (Luzia, 50 anos, apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

"Porque ele fica, faz isso, faz aquilo, porque você não arrumou isso porque você não arrumou aquilo, ontem ele queria que eu lavasse roupa o dia todo... aí ele fica me cobrando o dia todo...". (Márcia, 57 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

Entretanto, cabe destacar que uma das entrevistadas alega que o acúmulo das tarefas familiares, que acarreta sobre carga de trabalho para as mulheres, não influi na violência intra-familiar, posto que as tarefas domésticas constituem "dever das mulheres". Outra entrevistada alega que este acúmulo não influi na violência familiar tão pouco representa sobrecarga, como se pode observar no excerto a seguir, extraído de uma entrevista no Ilê Axé Opô Afonjá:

"Eu sou mãe, dona de casa, sou filha de santo e também mãe de santo... sou profissional, e sei tocar tudo isso numa boa".

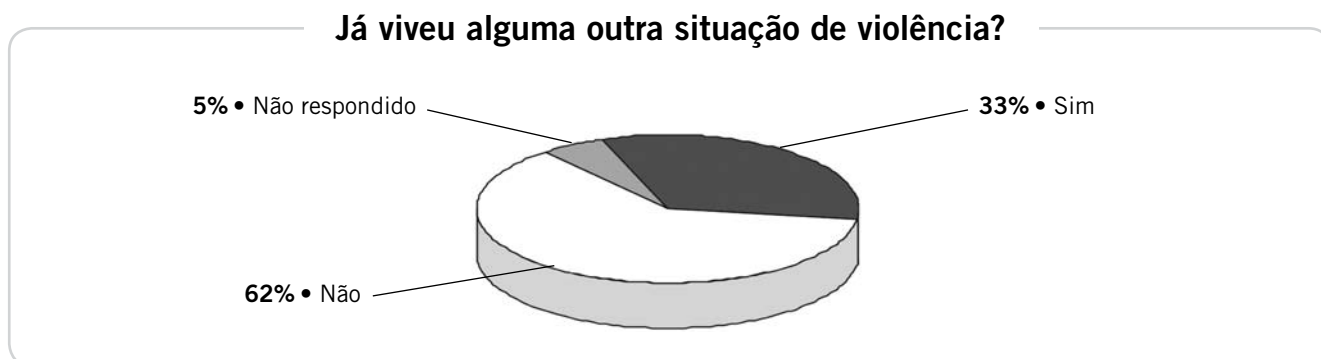
Encontrou-se, também, a percepção de que as tarefas domésticas são assumidas pela mulher, como na fala a seguir, como uma estratégia para "agradar" o companheiro:

“...em lugar nenhum tá escrito que a mulher casa com o homem para ser empregada doméstica, a mulher ocupa esses afazeres por vaidade da mulher, porque mulher gosta de agradar o homem...”. (Mãe Vânia, 53 anos, Iyalorixá do Ilê Axé Boy Mesa e Apoiadora do do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

Da mesma forma, não se verificaram também depoimentos de violências perpetradas pelas mulheres contra seus filhos, como comumente são encontrados em pesquisas sobre violência doméstica (Saffioti, 2004), uma vez que a mulher, via de regra, introjeta o padrão de organização social de gênero dominante e opera a serviço do patriarcalismo, com atitudes violentas em relação ao pólo hierarquicamente inferior, os filhos. Esse contexto é, ainda, agravado pelo acúmulo de tarefas domésticas.

IV • OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA / MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO

Com relação a ter vivido outro tipo de violência, 33% das entrevistadas disseram já ter vivido alguma outra forma de violência, e quando perguntadas sobre o que fizeram, que atitude tomaram, 42% responderam que não fizeram nada.



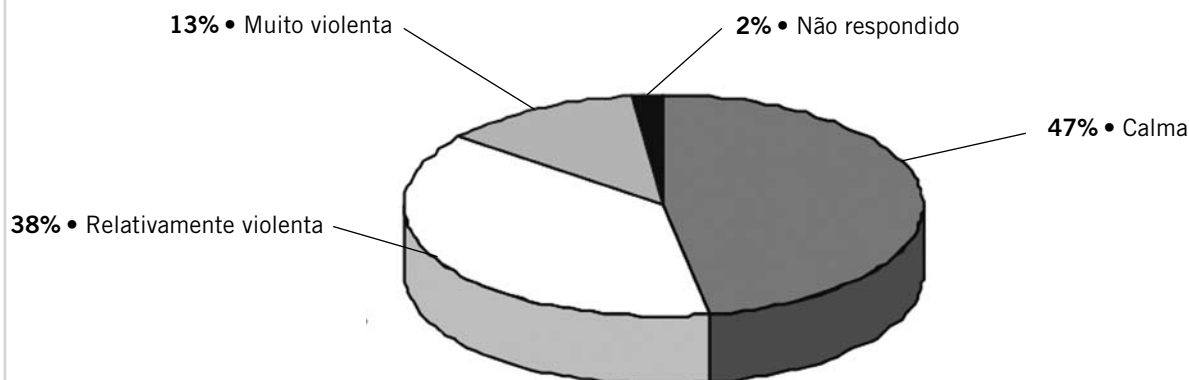
Entre as entrevistadas que disseram não sofrer outro tipo de violência (62%), uma apresentou o seguinte relato abaixo:

“Cresci vendo meu pai brigar com minha mãe... a gente foi reagindo... a gente vai lá, a gente não deixa ele agredir ela... O policial falou: minha filha, você tem que casar, arrumar um marido, pro seu pai e a sua mãe viver em paz... até hoje é uma mágoa com aquilo”. (Alessandra, Abian do Ilê Axé Ala Korowo, participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

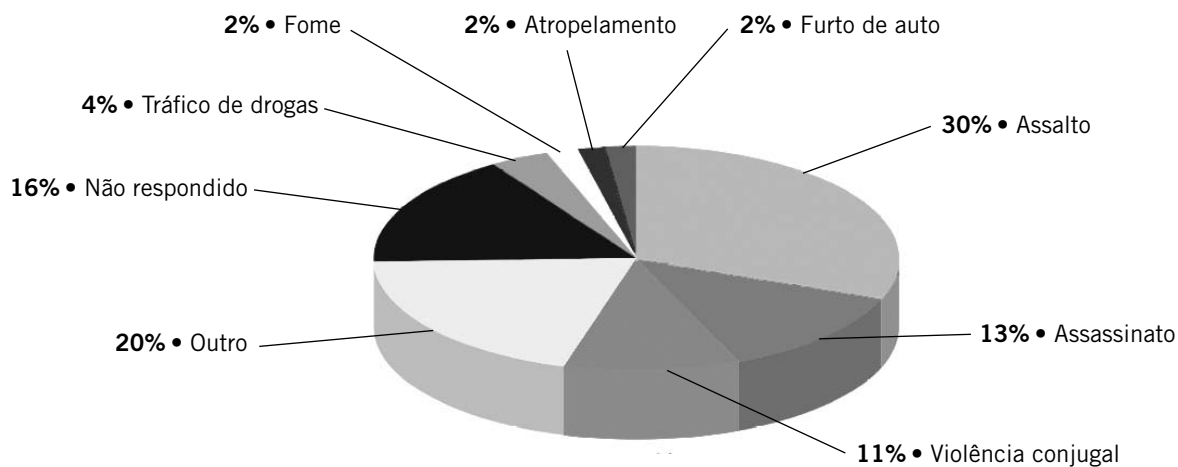


Vale o registro de que em tempos de conflitos armados urbanos na cidade do Rio de Janeiro, apenas 13% declararam que a sua comunidade de moradia é muito violenta, sendo esta relacionada a assalto à mão armada cometido por pessoas envolvidas no tráfico. Entre as entrevistadas 38% declararam que a sua é relativamente violenta e, surpreendentemente, 47% afirmaram que seu local de moradia é calmo.

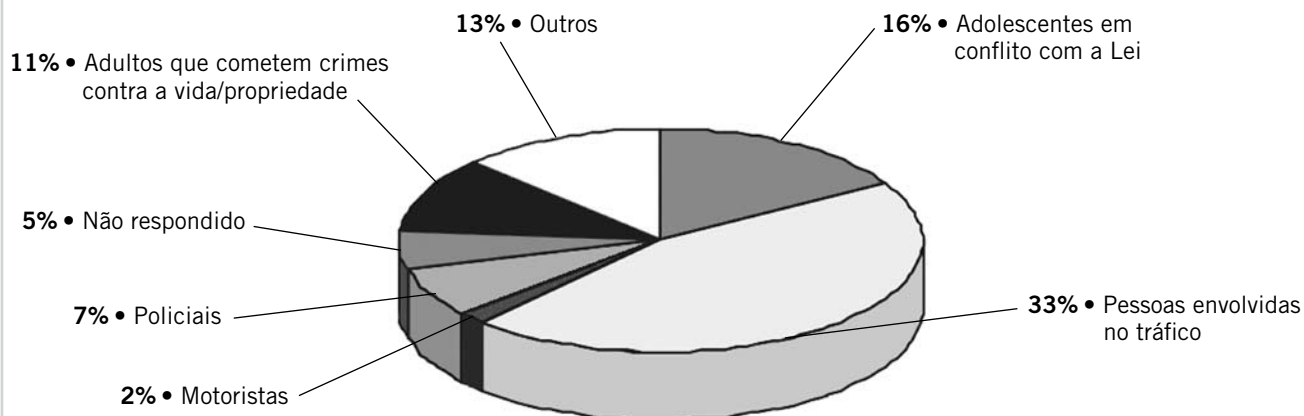
Do ponto de vista da violência urbana, como considera a comunidade onde mora?



Qual o principal tipo de violência na sua comunidade?

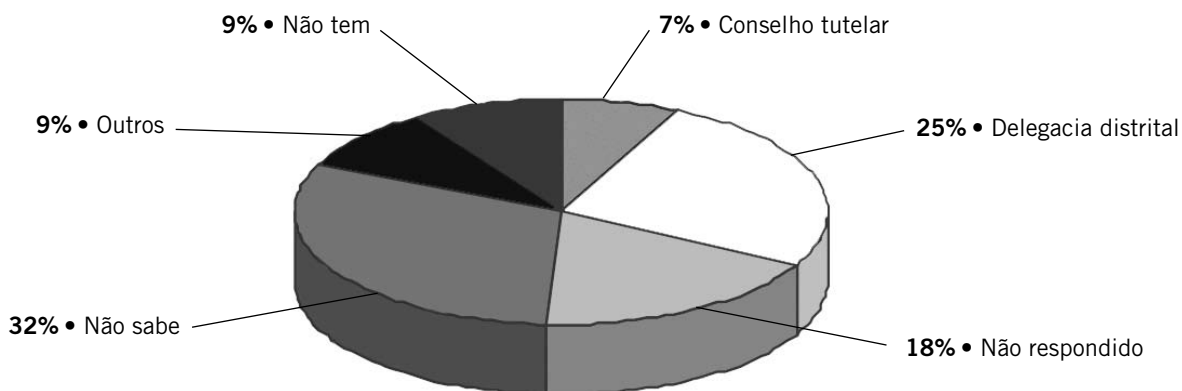


Quem comete mais violência na sua comunidade?



No tocante aos mecanismos existentes nas comunidades para enfrentamento das diferentes formas de violência, um significativo número de mulheres (32%) informa não saber da existência destes, sendo que dentre os existentes o mais conhecido é a delegacia distrital (25%).

Que mecanismos existem na sua comunidade para enfrentamento das diferentes formas de violência?

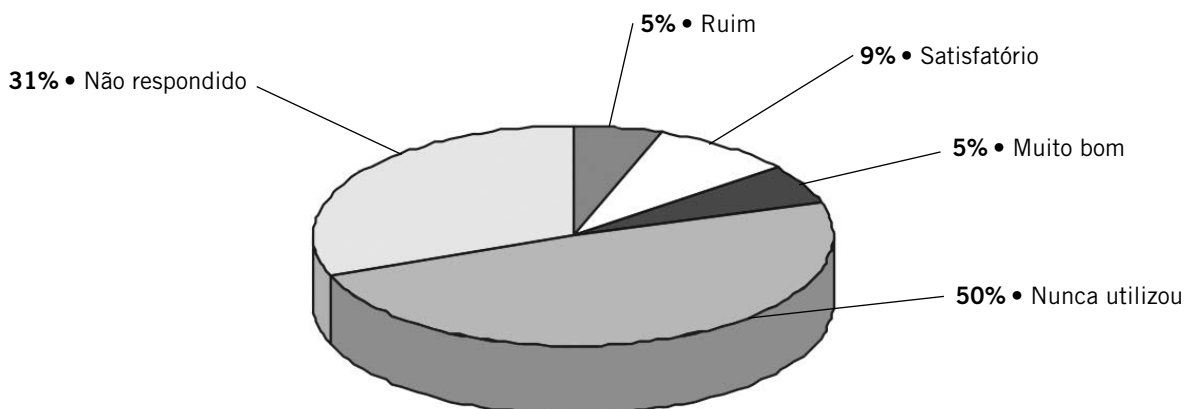


Entre as poucas mulheres que procuraram serviços de atendimento não foram encontrados relatos de revitimização no momento dos atendimentos. Isso decorre do fato de que a procura de serviços para denunciar a violência não foi a alternativa de maior frequência os relatos, no tocante às formas de enfrentamento seja por desconhecimento das existência desses recursos, seja por descrédito em relação à sua efetividade.

Quanto à procura de serviços existentes, a única via de busca de apoio institucional mencionada foi a delegacia de polícia, mesmo assim sem expressão. Outros mecanismos, tais como o recurso ao serviço *linha de ajuda telefônica — Disque Denúncia —*, criado a partir dos anos 90, e a Central de Atendimento à Mulher, *Ligue 180*, não foram sequer citados nos depoimentos. Isso corrobora diretamente a afirmação de que a violência contra a mulher é subnotificada.

Verificou-se que mesmo quando sabem da existência desses recursos, 50% nunca a eles recorreram, 14% acham o serviço apenas satisfatório ou muito bom, apenas 5% disseram que o atendimento foi ruim, como constatado nos gráficos abaixo.

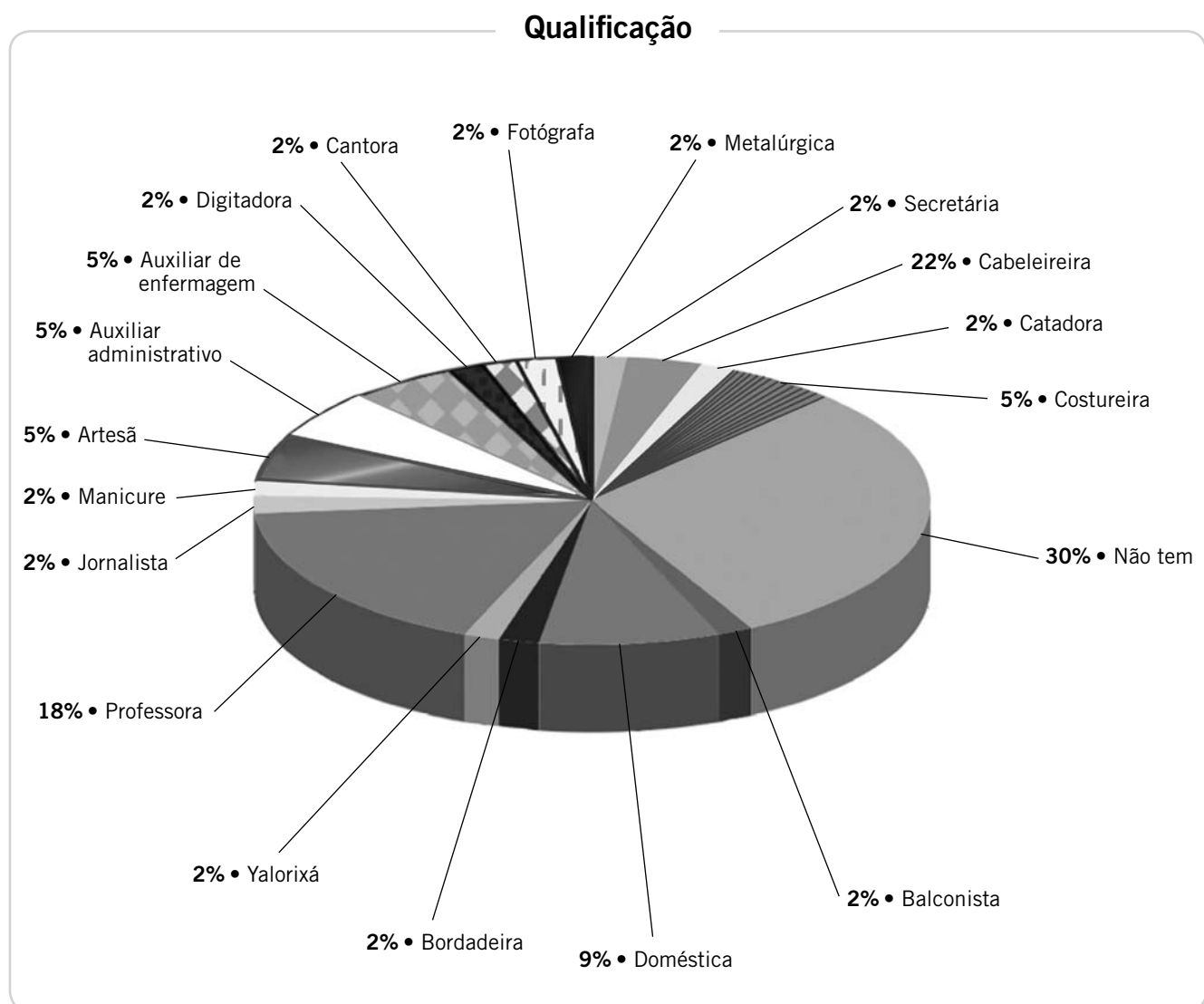
Caso tenha utilizado um destes mecanismos, como foi o atendimento?



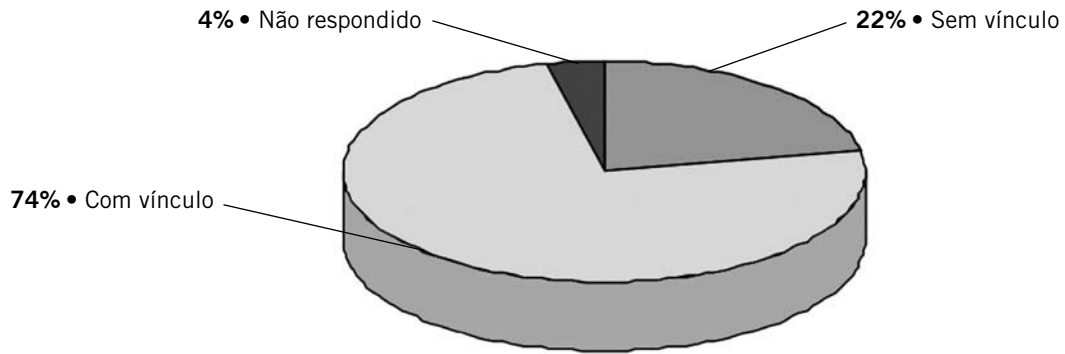
V • SITUAÇÃO DE TRABALHO

O gráfico mostra uma grande heterogeneidade em termos de qualificação profissional. Cabe destacar que a maior parte das entrevistadas (30%) não apresenta qualificação profissional, encontrando-se também desenvolvendo alguma atividade remunerada, na mesma cidade onde residem, ainda que 74% delas não estejam inseridas formalmente no mercado de trabalho. Este último dado segue o padrão nacional de informalidade quanto à presença feminina no mercado de trabalho. Em termos de vínculo empregatício apenas 22% das entrevistadas encontram-se inseridas no mercado formal de trabalho, predominantemente com mais de 10 anos de tempo de serviço ou aposentadas.

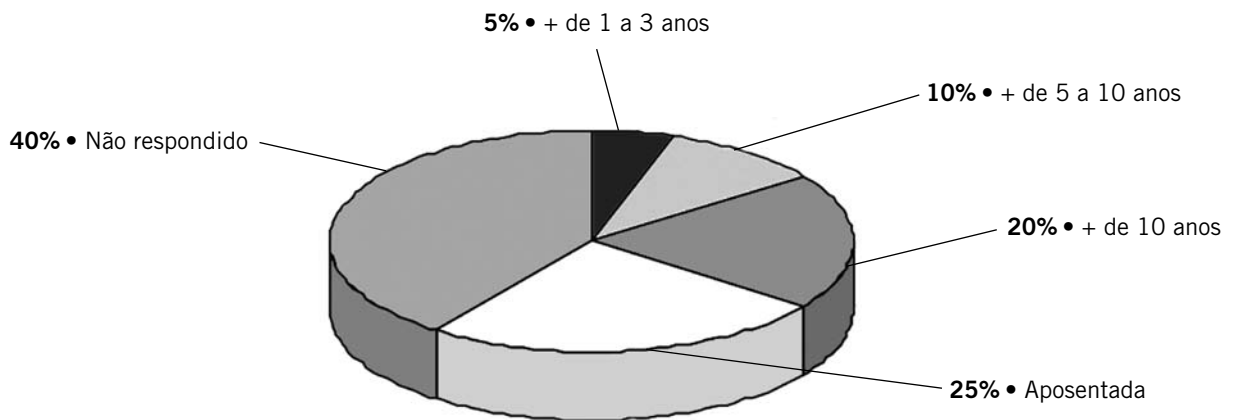
Quanto à ocupação, registra-se também grande heterogeneidade, embora com concentração maior para a ocupação de professora (13%), profissão considerada *feminina*.



Vínculo empregatício

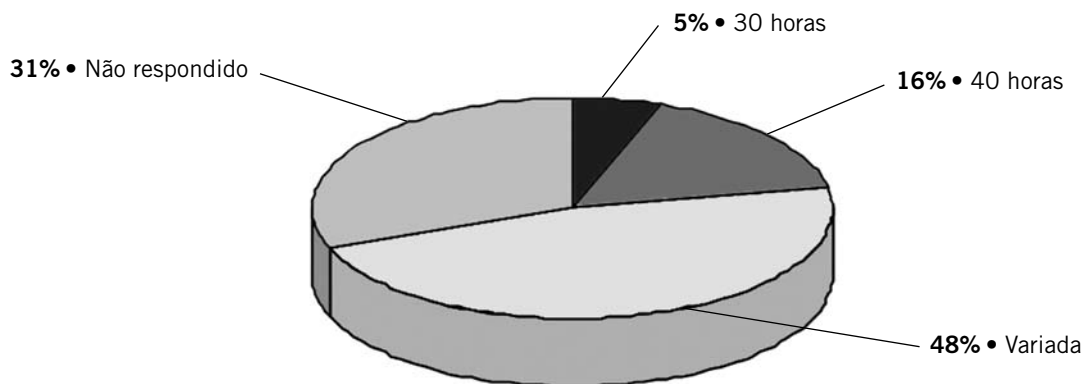


Tempo de serviço



No tocante à jornada de trabalho, a pesquisa mostrou a prevalência de uma jornada variada (43%):

Jornada de trabalho semanal

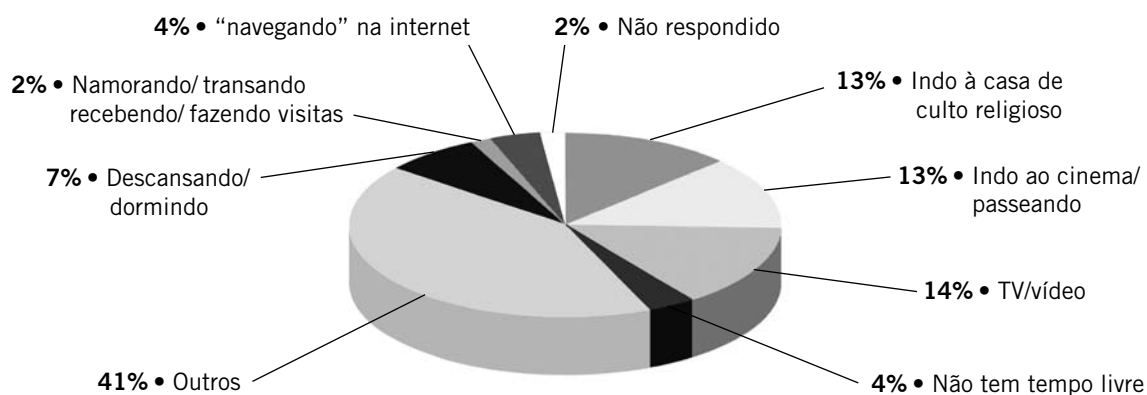


De acordo com o gráfico a seguir, o nível salarial das mulheres entrevistadas está demarcado no intervalo entre até $\frac{1}{2}$ salário a 20 salários mínimos, com predomínio para a faixa de mais $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (15%). Registre-se a ocorrência de 10% de mulheres sem nenhum rendimento. Este quadro indica situação de grande disparidade do ponto de vista da renda.

VI • CULTURA E LAZER

No que se refere ao uso do tempo livre para o lazer e/ou vivenciar atividades culturais, as entrevistadas, quando perguntadas sobre como ocupam seu tempo quando não estão trabalhando, responderam, na sua maioria, que ocupam seu tempo de forma variada (41%), sendo que a alternativa de assistir tv e vídeo aparece em segundo lugar (14%).

Como ocupa o tempo quando não está trabalhando (inclusive trabalhos domésticos)?

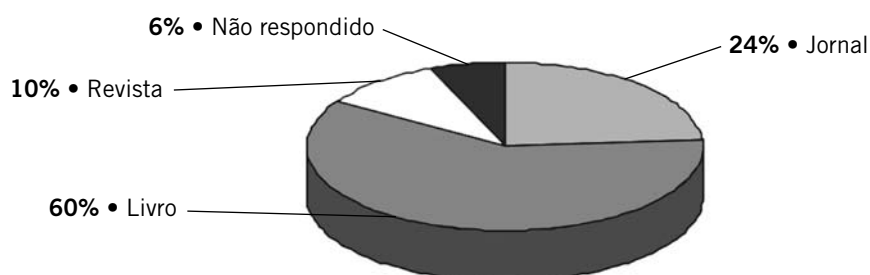


Costuma ler?

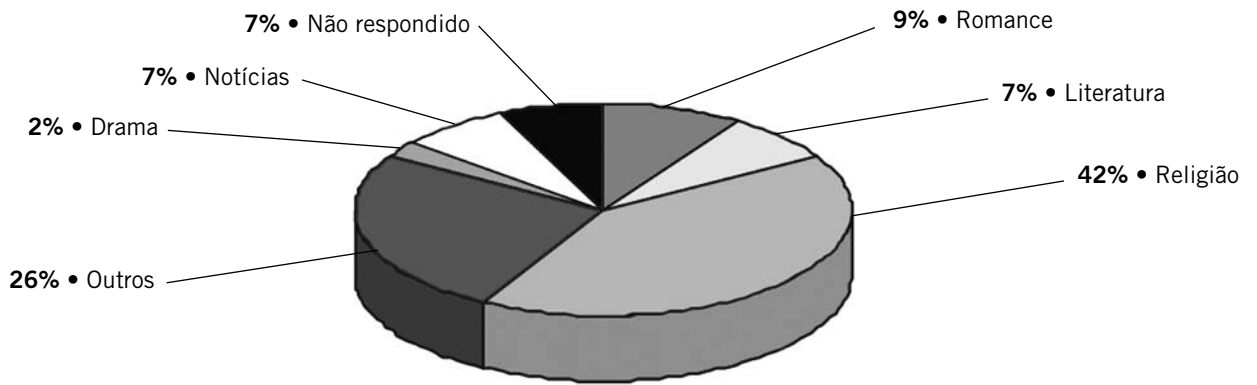


Quando perguntadas sobre o hábito de leitura, a maioria disse costumar ler (71%), fato que pode estar relacionado ao grau de escolarização das mesmas. Quanto ao tipo de leitura, a maioria lê, ocasionalmente (51%) livros (60%), onde o assunto de preferência é o relacionado ao tema da religião (42%), em especial leituras sobre o candomblé, conforme pode ser verificado nos três gráficos apresentados a seguir.

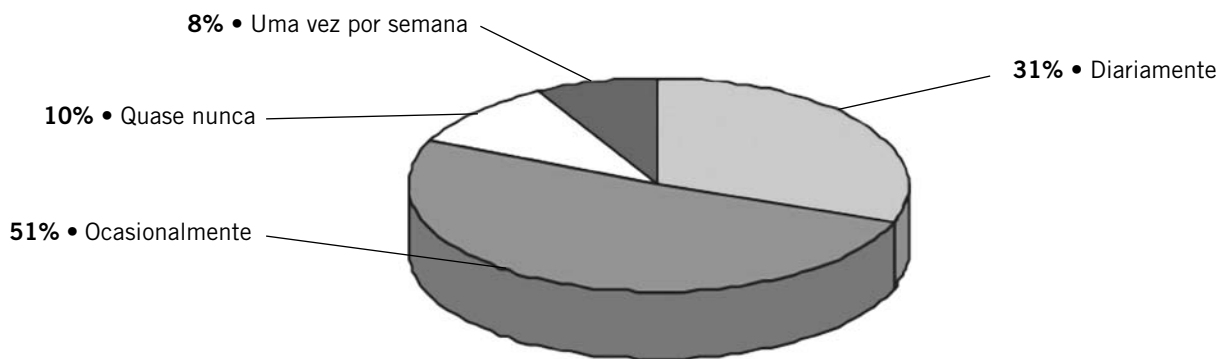
Que tipo de leitura?



Qual o assunto preferido?

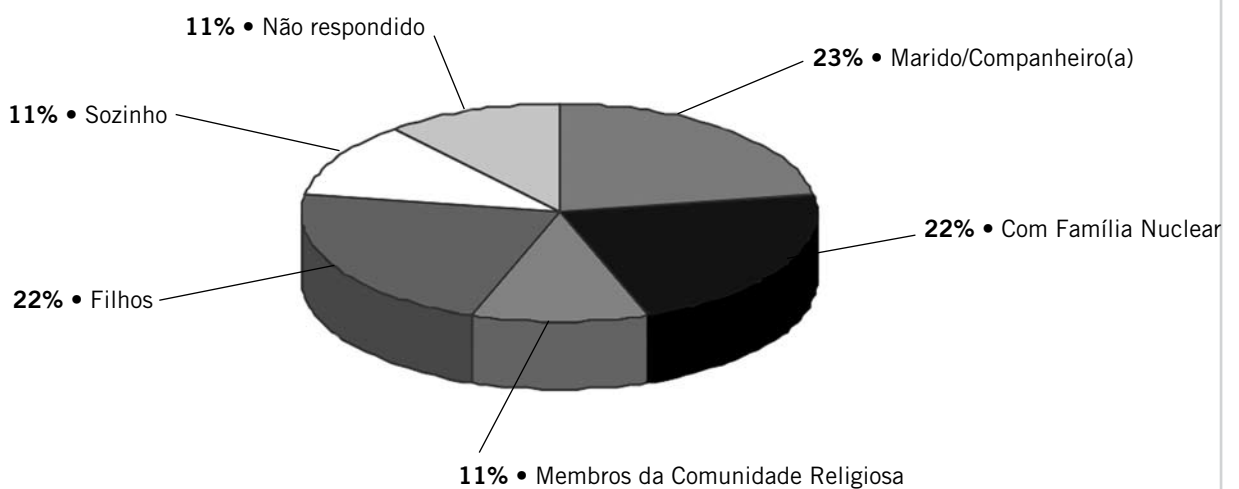


Com que frequência costuma ler?



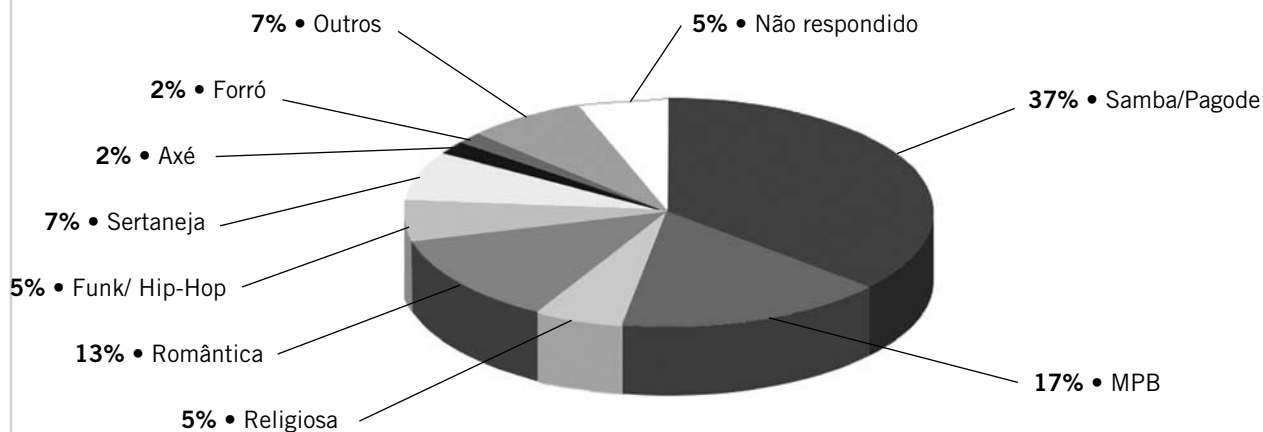
A maioria das entrevistadas costuma sair com marido/companheiro e com sua família nuclear (45%), reproduzindo o padrão formal de família existente, conforme atestam os dados do gráfico abaixo.

Com quem costuma sair?



Ainda no âmbito do perfil cultural das entrevistadas, quanto ao estilo de música preferido, constatou-se que as mesmas apresentam gosto musical em sua maioria para o samba/pagode (37%) e em segundo lugar para o forró (17%).

Qual o estilo de música que mais gosta?



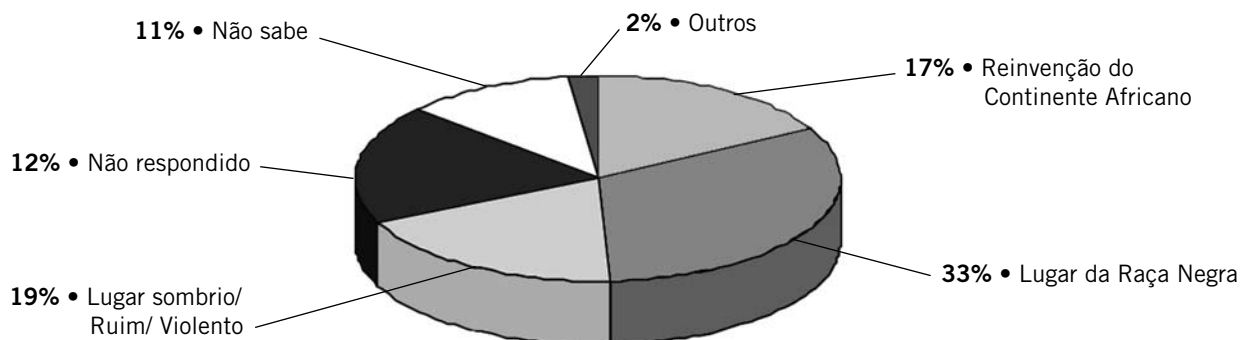
Do ponto de vista das representações acerca do espaço das comunidades afro-religiosas, a pesquisa investigou o nível de percepção das mulheres entrevistadas na amostra sobre os Ilês como territórios de construção/reconstrução da identidade sócio-cultural negra, ou seja, se as mulheres que freqüentam os Ilês os tomam ou não como um *território negro*.

De acordo com Santos (2000), um território é um espaço socialmente selecionado para a vida e para a sobrevivência de um sistema. O território não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o considerarmos pelo seu uso. O território é identificado quando vinculado a uma utilização. Nesse sentido, o território do candomblé poderia, em tese, ser considerado um *território negro*, onde as manifestações da religião acabam sendo uma forma de manter viva a essência da identidade negra, pois o grupo social vai alcançar sua identidade através de representações coletivas inscritas no seu espaço, nesse caso, na comunidade de terreiro.

Os espaços sócio-políticos que poderiam ser tomados como *territórios negros* são espaços dos quais os negros fazem uso, a fim de produzir/reproduzir sua cultura, com vistas a impedir que a mesma seja devastada e branqueada segundo o padrão que a sociedade considera como referência, como o modelo a ser seguido, o mais perfeito, ou seja, o padrão branco. Os territórios negros são, nesse sentido, espaços de construção da auto-estima nas subjetividades das mulheres e dos homens negros, bem como da valorização da negritude e da preservação e do resgate do legado ancestral herdado por essa cultura.

Os gráficos a seguir exibem um primeiro aspecto a ser considerado: a maioria das entrevistadas define território negro como sendo lugar da Raça Negra (33%) e lugar sombrio/ruim/violento (19%). Logo em seguida, em terceiro lugar, aparecem as que consideram o território negro como um espaço de reinvenção do Continente Africano (17%).

O que é um território negro?



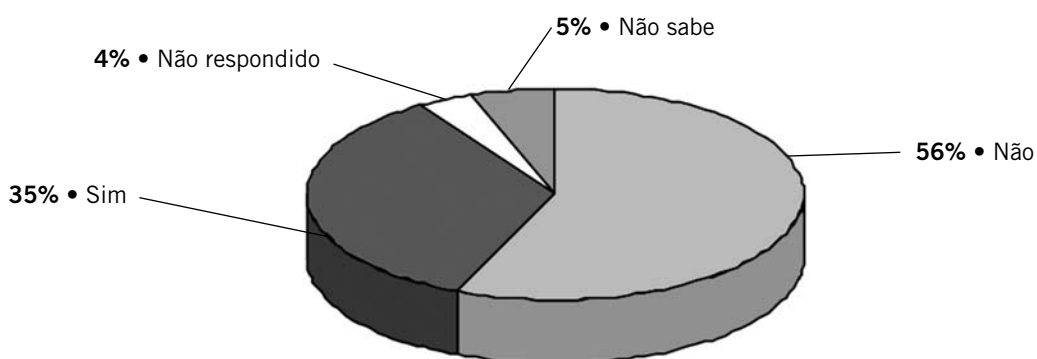
A representação do que é um território negro pode não parecer ligada à idéia de *raça* propriamente, mas relacionada a um conjunto de sons e símbolos da negritude e do legado africano:

“lugar onde toca músicas... vestimentas... às vezes você não é negra, negra de pele, mas se veste, trança cabelo” (Cátia, Ekedy do Ilê Omulu e Oxum).

“Um espaço que agrega várias tribos... e uma das características das comunidades negras é que recebem várias pessoas”. (Célia Regina, 45 anos, Iyawô do Ilê Omulu e Oxum).

A idéia de território negro apareceu também associada a “um lugar onde a negada se reúne”, onde tem “um bocado de negro junto” (Zeneide, sem declaração de idade, Ekedy e apoiadora do Ilê Omulu e Oxum).

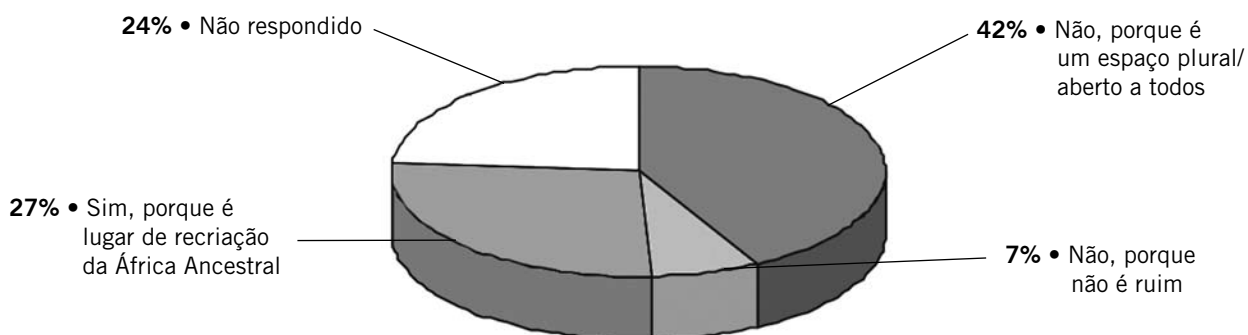
Acha que o terreiro de candomblé é um território negro?



Os territórios de candomblé constituem espaços político-rituais, onde se concretizam sociabilidades, vivências espirituais e esperanças de fortalecimento com vistas ao enfrentamento dos dilemas do dia-a-dia, numa dinâmica sócio-espiritual muito particular, que caracteriza as religiões de origem africana.

Considerando-se as que responderam a pergunta, 56% dizem que a comunidade afro-religiosa *não* é um território negro. Diante do grande aumento da inserção de freqüentadores oriundos das classes médias urbanas e de brancos no culto religioso do Candomblé, as entrevistadas se dividiram no seu posicionamento contra ou a favor deste espaço ser um território negro.

Por quê?

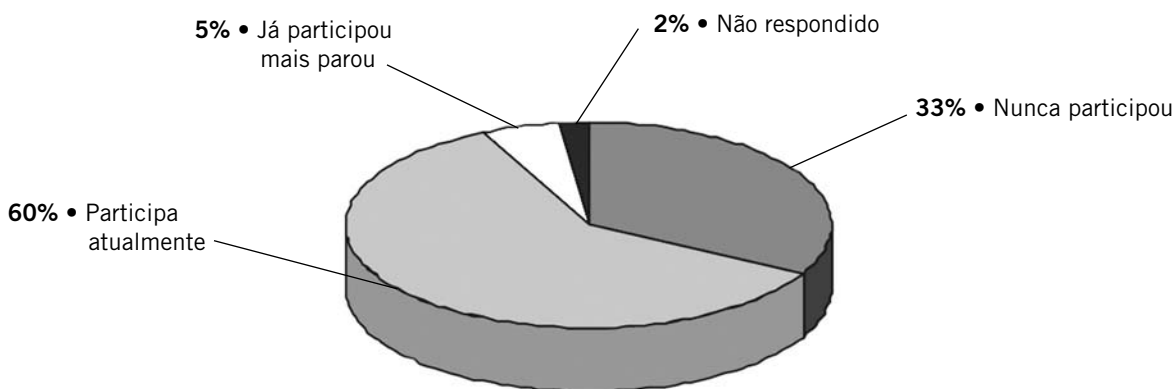


Uma parte das entrevistadas (42%) não considera que este espaço seja um *território negro*, alegando que se trata de um “espaço plural”, isto é, de um espaço de acolhimento “para todos”. Cabe destacar que dentre as que negam que esse espaço seja um território negro encontra-se a justificativa de que o candomblé “*não é ruim*” (7%), logo, não poderia ser concebido como *território negro*. Vale aqui registrar a presença de preconceito internalizado envolvendo a associação daquilo que é relativo ao negro - a comunidade afro-religiosa - a um valor negativo. Uma pequena parte das entrevistadas (27%) considera que o Candomblé seja um *território negro* por ser um lugar de “Recriação da África Ancestral”.

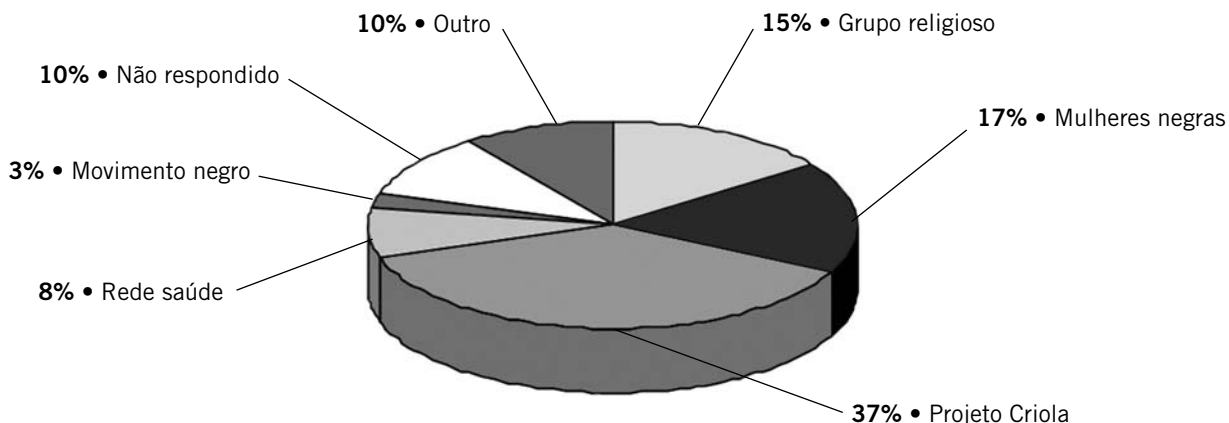
VII • PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA COMUNIDADE

A maioria das entrevistadas está inserida em algum grupo ou está participando de alguma organização (60%), sendo que 37% alegaram ser integrante/participante da Organização não-governamental Criola.

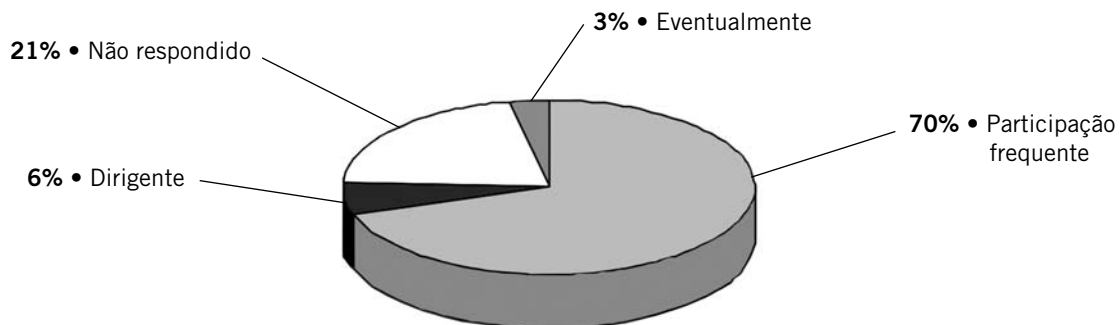
Participa de algum grupo ou organização?



Qual o tipo de grupo (s) ou organização (ções)?

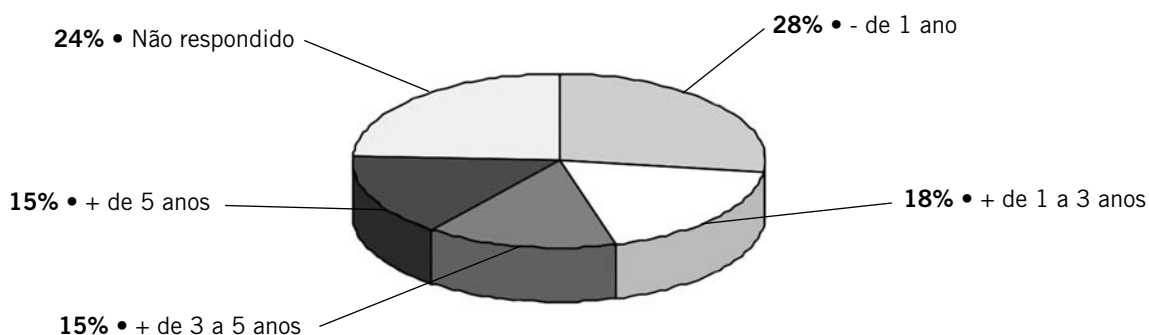


Qual o tipo de participação no grupo?



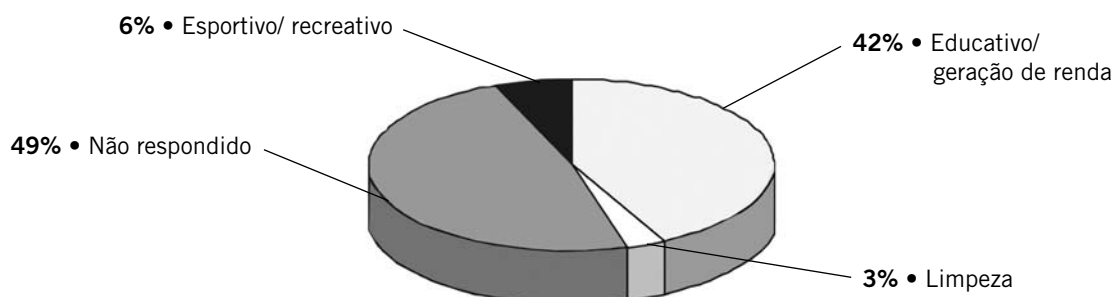
Ao serem perguntadas sobre a participação nesses grupos, a maioria (70%) respondeu que participa freqüentemente e uma pequena parte (6%) respondeu que é dirigente.

Tempo de inserção no grupo?



Quanto ao tempo de inserção nos grupos, 28% têm um tempo de vinculação aos grupos há menos de um ano, 18% delas estão por um período que varia de um ano a três anos no grupo, 30% um tempo que varia de três a cinco anos ou mais de cinco anos. Estes percentuais mostram, de um lado, um envolvimento recente do grupo pesquisado com o debate político, e de outro lado, os dados assinalam a direção de que é a inserção no candomblé que possibilitou a conversão destes sujeitos individuais em sujeitos políticos, com potencial de ocupação da cena pública, através da participação em fórum de debates, articulações e parcerias com outras instâncias da sociedade civil e negociações com os governos.

Em que área atua neste grupo?



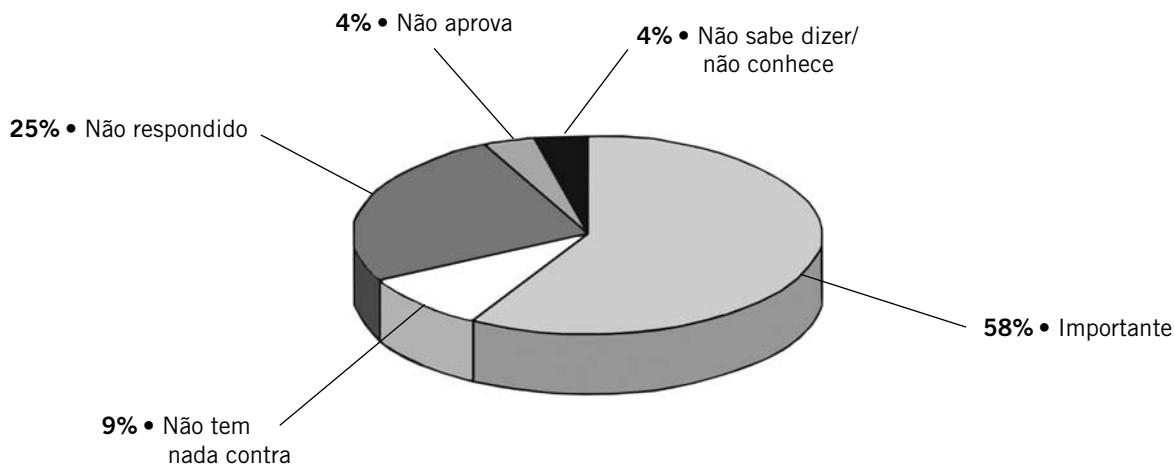
A área de maior concentração desses grupos dos quais as entrevistadas participam está voltada para as perspectivas educativas e de geração de renda (42%), que podem proporcionar à mulher conhecimento e uma possibilidade de uma profissão e, conseqüentemente, de independência financeira, fator preponderante na construção do rompimento com a heteronomia e a subalternização/vitimização das mulheres negras na vivência da violência. A maioria procurou o grupo devido ao interesse na geração de renda (49%).

Por quê procurou este grupo?

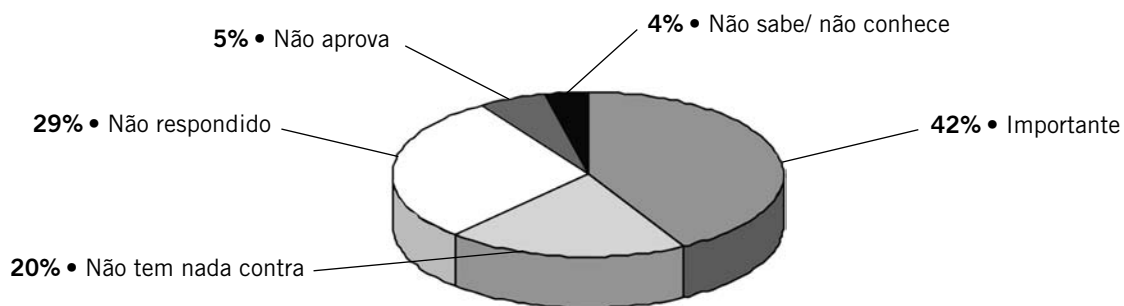


No que se refere à opinião acerca da atuação dos movimentos de mulheres, negros e de mulheres negras, a maioria aprova a atuação destes grupos, avaliando-os como importantes (58%) ou afirmando não terem “nada contra” (9%). A grande maioria das entrevistadas acha o movimento de homossexuais importante (42%) ou não tem “nada contra” (20%), o que pode apontar para um grupo de *perfil político com potencial tendencialmente democrático*.

O que pensa dos movimentos: negro, feminista, de mulheres e de mulheres negras?

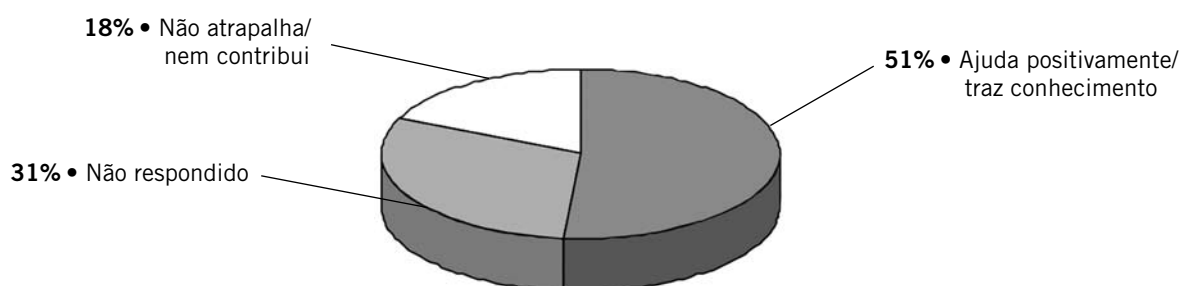


O que pensa do movimento de homossexuais?



A maioria das mulheres acredita que os grupos tragam algum benefício para suas vidas (40%).

Como?

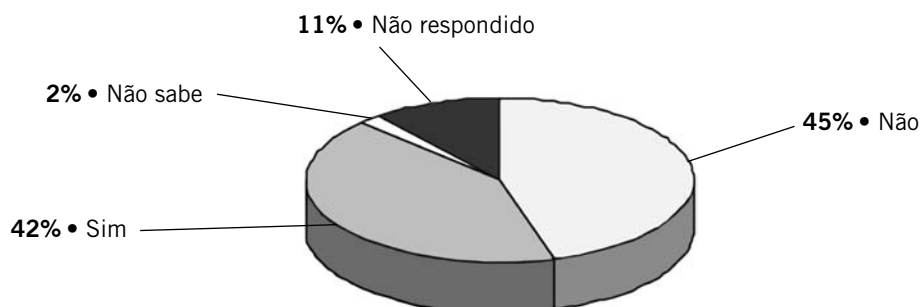


A maioria das entrevistadas (51%) disse que esses grupos influenciam de forma positiva dando conhecimento, o que pode proporcionar uma possibilidade de construção de processos de desalienação/resistência dessas mulheres, principalmente no que se refere ao enfrentamento da questão da violência contra a mulher.

VIII • REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS SOBRE GÊNERO E ETNICIDADE

A maioria das entrevistadas (45%) disse nunca ter sido passada para trás ou tratada de modo diferente por ser mulher, contra 42% das entrevistadas que já admitiram ter sofrido discriminação de gênero. Esse fato pode ser analisado dentro do contexto de uma sociedade que é pautada na visão hierárquica fundada no ordenamento patriarcal, onde a mulher é sempre colocada em segundo plano, ocupando as posições inferiores em relação ao homem.

Você já se sentiu tratada de modo diferente ou passada para trás por ser mulher?



Os relatos abaixo são paradigmáticos da discriminação de gênero:

“Numa firma de limpeza... só tinha chefia homem. Quando eu consegui a chefia, as próprias mulheres não queriam aceitar minhas ordens”. (Cátia, sem idade declarada, Ekedy do Ilê Omulu e Oxum).

“No candomblé... tinha uns ogãs cantando e eu fui cantar, ai eles falaram que nulher não canta”. (Zeneide, sem declaração de idade, Ekedy e apoiadora do Ilê Omulu e Oxum).

“Dentro da minha casa... eu não posso ficar até uma certa hora na rua porque sou mulher... ele (o irmão) pode”. (Swiane, 16 anos, abian do Ilê Omulu e Oxum).

“Numa firma... eram vinte homens e só eu mulher (...) eles diziam ‘você não é pra trabalhar aqui(...) é só homem’... eu me senti muito pra baixo”. (Luzia, 50 anos, Apoiadora do Ilê Axé Ala Korowo e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

“Uma vez, eu fui pegar um peso e um rapaz falou ‘você não, você é frágil’... eu me senti diminuída naquele momento ali”. (Alessandra, Abian do Ilê Axé Ala Korowo, participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

“Porque as pessoas, acham porque a gente é mulher tratam de uma forma mais diferente, homem já tratam de uma forma mais firme, porque dizem que homem tem força mais firme, a mulher não, tratam a mulher com um pouquinho de diferença, porque a mulher nunca é capaz de fazer nada, não é capaz de trabalhar, a mulher nunca é capaz de nada”. (Daniele, 17 anos, Abian do Ilê Axé latopé e Xangô Alafim, e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

“Eu cheguei na Barra da Tijuca e precisei pedir ao rapaz... ele disse aguarda um momentinho e começou a conversar com outro rapaz... e foi crescendo uma fila atrás de mim... o homem que chegou atrás de mim chamou, ele logo veio, ai eu falei espera aí eu estou aqui faz 45 minutos em pé, você está conversando,... ele virou e disse prioridade aqui são dos homens...”. (Regina, 57 anos, Ekede do Ilê Axé Bory Mesa e apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

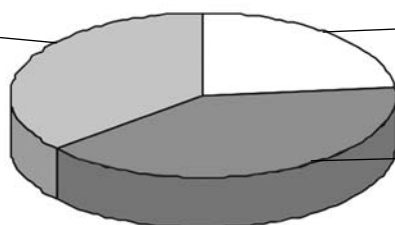
Entretanto, esse último relato demonstra uma intensa disposição para o combate à ordem patriarcal e à discriminação contra a mulher.

“...tenho muitos problemas com pedreiros, toda vez que eu quero ficar fiscalizando o trabalho, eles se colocam de forma machista... ficam resistentes achando que mulher não pode entender de obra...”. (Angélica, 41 anos, Iyálorixá, Filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência como apoiadora).

Em relação à percepção da discriminação econômica, a maioria das entrevistadas (40%) deu resposta negativa, contra 24% que admitiram ter sofrido discriminação por origem de classe social.

Já se sentiu passada para trás por condição social e econômica?

36% • Não respondido

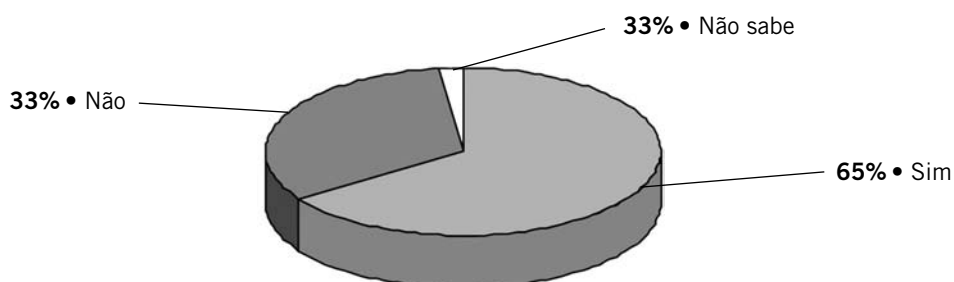


24% • Sim

40% • Não

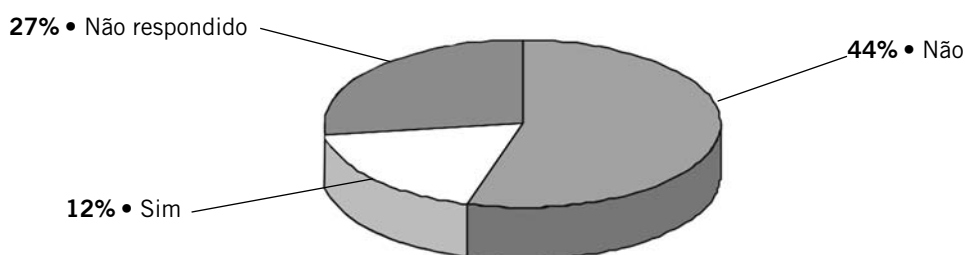
A maioria das entrevistadas acredita que exista racismo em suas comunidades (65%). Isso apenas confirma o padrão de relação inter-racial vigente na sociedade brasileira, no que pese a disseminação da ideologia da democracia racial, racista e segregadora.

Acha que existe racismo na sua comunidade?



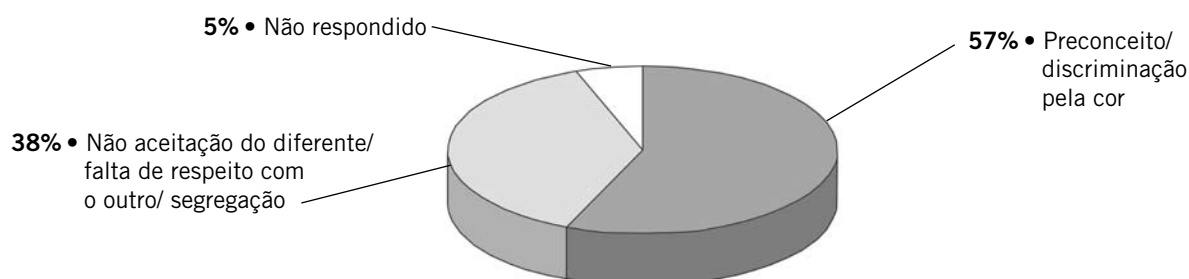
Quanto ao *racismo* institucional, 44% das entrevistadas disseram não saber o que significa ou nunca ter ouvido falar.

Sabe o que é racismo institucional ou já ouviu falar?



A maioria das entrevistadas entende racismo como sendo a expressão do preconceito ou a discriminação pela cor, demonstrando o tipo de racismo à brasileira prevalente, que é aquele ancorado no preconceito de marca, isto é, fundado nas marcas aparentes fenotípicas (57%). Entre as entrevistadas, contudo, 38% expressaram uma concepção mais ampla quanto ao racismo, referindo-se às práticas de falta de respeito e rejeição em relação ao outro, que é diferente do modelo dominante.

O que entende por racismo?



Definir o racismo apenas como rejeição ao negro é limitá-lo a uma concepção simplificador. O racismo, mais do que rejeição ao diferente em relação ao modelo de referência vigente na sociedade, encerra uma aversão à diferença, seja ela constatável por aspectos fenotípicos ou

inadequada, significada simbolicamente, envolvendo aspectos intelectuais e culturais. Nesse caso, as diferenças são representadas como desigualdades, hierarquizações.

As diferenças são, então, enfatizadas, sendo que a exacerbação funciona como classificação enraizada no dado biológico (racismos clássicos) ou no dado cultural neoracismos.

Observando-se os dados da pesquisa, observa-se que não se pode falar do Brasil como uma sociedade radicalmente democrática. Acredita-se que a verdadeira igualdade repousa no respeito à diferença e na garantia da igualdade de direitos do acesso à bens e serviços a todos e todas.

Cabe ressaltar a existência de fato do *racismo institucional* no Brasil, ainda que os dados obtidos da pesquisa demonstrem o desconhecimento desse conceito. Ele se expressa através de políticas programas e institucionais discriminatórias adotadas no cotidiano das instituições governamentais e não governamentais, ancoradas em estereótipos, ignorância e irracionalismos.

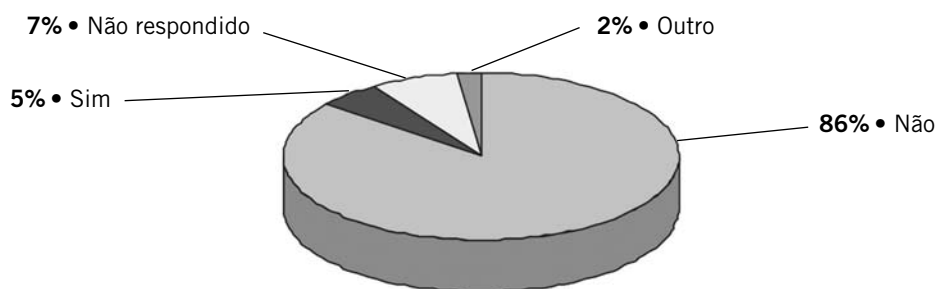
As práticas racistas geram atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias, produtoras e reprodutoras de desvantagem no acesso a serviços prestados pelo Estado e pelas demais instituições, o que deixa distante o ideal de um mundo livre do racismo onde vigem a verdadeira democracia racial e relações igualitárias e justas.

Como diz Ianni (2003), na sociedade Brasileira:

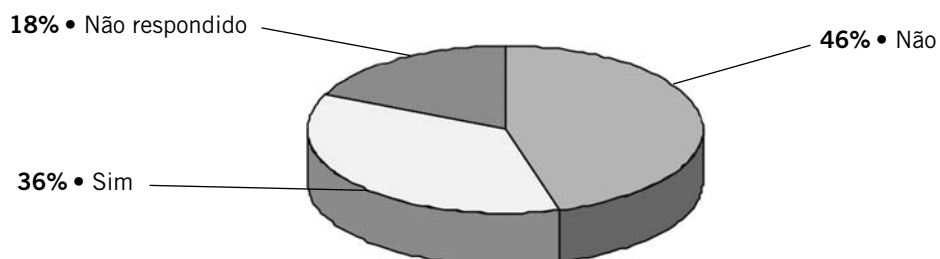
“Estridente, como funciona a fábrica da sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação”. “As questões raciais revelam, de forma particularmente evidente, nuançada”.

A maioria das entrevistadas (86%) afirmou não ser racista, confirmando-se as pesquisas nacionais.

Você se considera racista?



Você já se sentiu alvo de discriminação étnico-racial?



De acordo com Silva (2001:48), “o mito da democracia racial e o estímulo à mestiçagem creditam à sociedade não apenas a ausência de discriminação baseada no aspecto racial, mas negam a mera existência de um ser negro que pudesse ser alvo destas supostas discriminações, ao fazer crer que não há distinção no país...”.

A maioria das entrevistadas (46%) afirmou não ter sido alvo de discriminação étnico-racial.

Entre as entrevistadas que admitiram que sofreram discriminação étnico-racial pode-se destacar alguns depoimentos:

“A gente é sempre discriminada, até mesmo pelas próprias mulheres, já é normal, a gente se acostuma. Uma vez no shopping, eu tava no shopping, aí eu fui na casa lotérica, tava na fila né pensando na vida, aí a fila andou, aí uma loira que estava atrás de mim andou, entrou na minha frente ela, aí eu fui, ué você tava atrás de mim, você tá aí parada não anda,... eu passei a frente dela, daí ela virou pra mim e disse eu vou ficar aqui, aí eu falei não vai ficar não, aí ela disse há sua macaca você não vai ficar aqui não, aí eu empurrei ela a gente caiu no chão, veio o guarda segurou ela, ela continuou me xingando,... preto só faz vergonha”. (Nilza, 28 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Bory Mesã).

“Eu fui fazer um teste numa confecção em Ipanema e lá só tinha loura, tinha um grupo de 25 mulheres, elas escolheram a dedo, só tinha umas 4 assim escurinhas e mais duas como eu, elas só levaram quem tinha cabelo comprido e loura...”. (Sandra, 50 anos, Egbomi, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Ala Korowo).

Quanto à *discriminação étnico-racial sofrida no mercado de trabalho* constatada nos depoimentos, os dados confirmam a pesquisa de 2002, apresentada no Boletim do Dieese de novembro de 2002: na região de Salvador, apenas 10,3% dos negros (pretos e pardos) ocupam cargos de chefia, contra 29,6% de brancos. Isso reafirma o argumento de que quanto mais valorizada e melhor remunerada forem as ocupações, menos a representação de negros e negras nas mesmas, indicando que o quesito “raça” é determinante de exclusão, como pode ser observado na tabela da PNAD abaixo.

PNAD (IBGE) 2001

Ramos de Atividades	Branco	Pretos	Pardos
Agrícola	16,1	17,5	27,5
Indústria de transformação	14,1	11,2	10,1
Indústria de construção	5,3	10,0	7,7
Outras atividades industriais	1,0	1,3	1,3
Comércio de mercadorias	15,6	11,4	12,7
Prestação de serviços	18,9	27,2	20,9
Serviços auxiliares da atividade econômica	5,6	3,2	2,7
Transporte e Comunicação	4,4	4,0	3,9
Social	11,5	8,4	7,7
Administração Pública	5,2	4,4	4,3
Outras atividades mal definidas	2,3	1,3	1,1
Total	100	100	100

Outros depoimentos falam mais sobre a violência racial:

“...numa condução onde eu entrei (Kombi), o cara puxou o banco e eu tive que sentar atrás, e não tinha ninguém, só tinha ele, ... mais a frente uma moça loira fez sinal e ele simplesmente se afastou para a moça entrar e sentar ao lado dele. Eu achei que aquilo foi racismo, uma violência...”. (Regina Lúcia, 66 anos, Iyalorixa do Ilê Axé Opó Afonjá).

“...no elevador do Rio Sul... quando uma senhora entrou... ela voltou... eu senti que era pelo fato de eu ser negra... eu me sinto branca... ela que não entrou...”. (Sheila, 45 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência e filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá).

“Eu estava estagiando, há 28 anos atrás no Hospital Duque de Caxias, um rapaz chegou pra ficar com a filha dele... eu disse ‘o senhor não pode ficar aí é enfermaria de mulher’ Ele falou “eu vou ficar... cala a boca sua nega sem vergonha, cabelo de nego... ‘e me deu um tapão. Eu me agachei assim e puxei a perna dele. Ele caiu pra trás... fomos parar na delegacia, mas naquele tempo não era lei como é agora; ficou por isso mesmo...”. (Luzia, 50 anos, apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

“Basicamente a gente vive isso! Quando a gente vai procurar um emprego a gente não consegue... abriu uma loja ali no shopping... quando eu ia botar currículo, falaram pra mim ‘não bota não porque eles estão selecionando’... botando meninas brancas e com uma fisionomia só,... manequim 36, escolhendo só esse padrão. Ah, você é gordinha não vai, você é negra não vai. Já vivi esse tipo de violência...”. (Alessandra, Abian do Ilê Axé Ala Korowo, participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

“...Uma vez eu fui visitar um primo no Leblon... e o porteiro disse assim: ‘a entrada de serviço é por lá, os empregados entram por lá’!... nós fomos pela entrada de serviço”. (Joana, 50 anos, apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ilê Iyá Mangele Ô).

“...no centro da cidade tinha um restaurante que só podia entrar branquinho, aí ele barrou meu namorado... tem mais de 30 anos atrás... dinheiro ele tinha pra pagar, foi por causa de cor mesmo”. (Neusa, 64 anos, mulher da comunidade do Ilê Iyá Mangele Ô).

“...é um território negro eu vou..., eu me acho negra, mas eles me acham (discriminam), eles sabem da consciência (negra) que eu tenho”. (Iyá Tânia, 48 anos, Iyalorixá do Ilê Iyá Mangele Ô).

“Principalmente por ser negra: quando eu trabalhava em casa de família só podia passar pelo elevador de serviço. O social sempre foi proibido... E você sente quando você chega assim num lugar que só tem branco, branco em termos, né? Que eles te humilham porque você é negra, te olham assim... mas eu nunca fiquei rebaixada por causa disso não. Eu enfrentava. Não falava nada, mas mantinha a pose”. (Amélia, 62 anos, Iyalorixá do Ilê Axé Iatopé e Xangô Alafim, e Apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

“A minha patroa me chamou pra eu ir almoçar... quando nós chegamos no restaurante, ela podia entrar...eu não. Ela deu um escândalo. Ela falou que a gente era igual”. (Luiza, 71 anos, Egbomi do Ilê Axé Iatopé e Xangô Alafim, e apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência).

“Me impediram de subir pelo elevador social. Eu ia no consultório de uma filha de santo que é psicóloga... no flamengo... eu tava meio perdida, aí eu perguntei pro porteiro, por sinal negro como eu... ele disse ‘não, a senhora sobe por aqui’ (mostrou a direção da entrada de serviço). Eu perguntei a ele ‘eu não posso subir pelo elevador social?... eu vou subir pelo elevador social e vou lhe mostrar que eu vou ser recebida...’ depois eu contei pra ela. Ela quase batia nele... todo mundo

estava subindo, só eu que não: a única negra... essa marcou!”. (Mãe Meninazinha da Oxum, 69 anos, Iyalorixá do Ilê Omulu e Oxum).

A Iyalorixá relatou outra vivência de racismo, desta vez na escola:

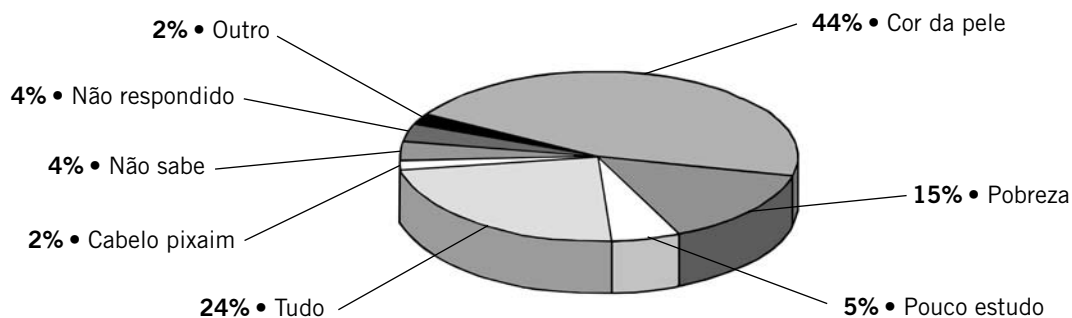
“Eu sofria muito na escola... era negra... minha mãe fazia trança nagô. Eles pegavam o lápis, passavam entre uma trança e outra. Eu chorava muito, falava pra professora mas a professora na época era igual (era também preconceituosa). Com certeza, não tomou providência nenhuma... eu contava pra minha mãe, mas antigamente não se tomava uma atitude”. (Mãe Meninazinha da Oxum, 69 anos, Iyalorixá do Ilê Omulu e Oxum).

Uma iyawô associa a vivência da violência racial à afirmação da negritude:

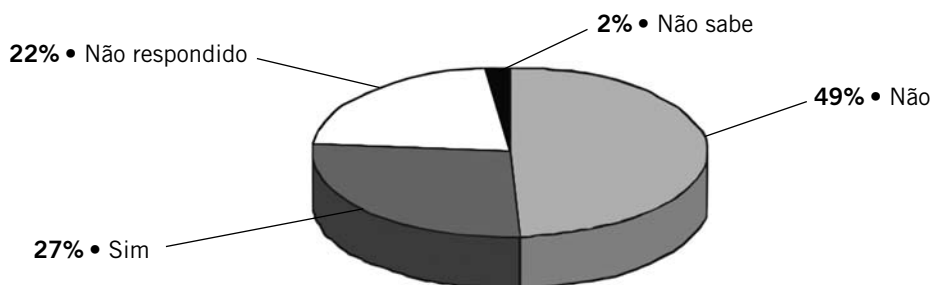
“Quanto mais você é afirmado [usar indumentária étnica, não alisar o cabelo etc] tem mais repulsa”. (Célia Regina, 45 anos, Iyawô do Ilê Omulu e Oxum).

Em relação à pergunta do gráfico abaixo, a maioria determinou que a cor da pele é fator fundamental para que haja discriminação (44%), ou seja, como já mencionado anteriormente, o racismo é determinado pelo fenótipo.

A que atribui essa discriminação? Coloque na ordem de importância:



A condição racial influenciou na violência doméstica?



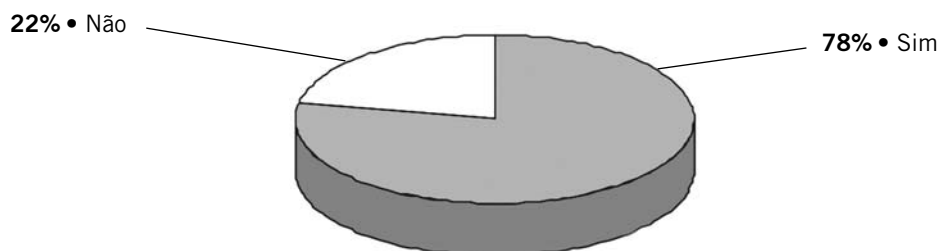
A maioria das entrevistadas afirmou que a condição racial não influencia na violência doméstica (49%). Dentre os 27% de mulheres que responderam que a condição racial influenciou na violência, destaca-se o seguinte depoimento:

“Porque quando eu discuto com meu marido, ele costuma a me chamar de branca, ...você é assim porque você é branca, e às vezes escapole de mim, chamo ele de negro safado,...”. (Márcia, 57 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyá Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

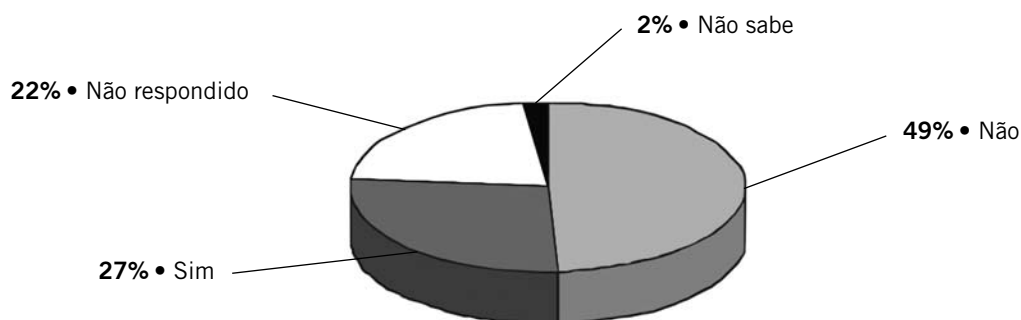
IX • RELIGIOSIDADE

Quase todas as entrevistadas acham que a religião influi de alguma forma nas suas vidas (78%).

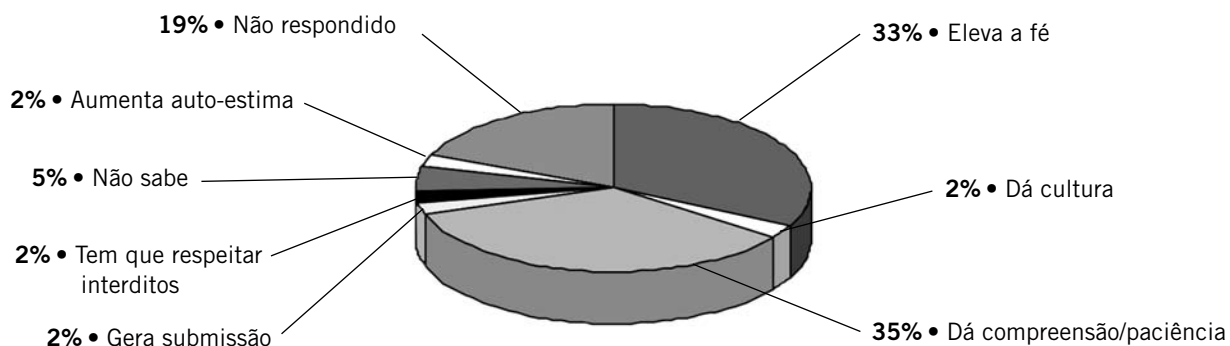
Você acha que a formação religiosa que você recebeu influi, ajuda ou atrapalha a sua vida?



A condição racial influi na violência doméstica?



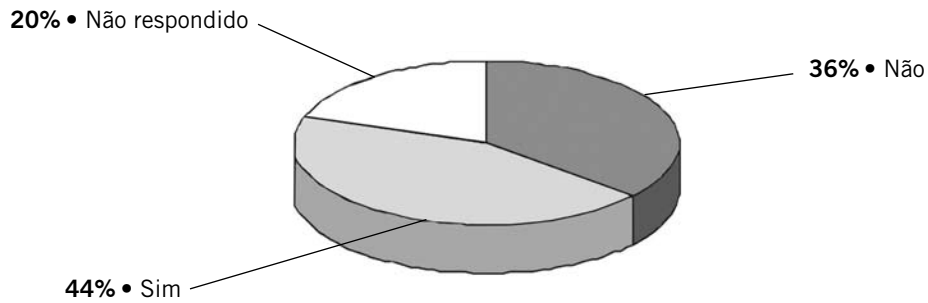
Por quê?



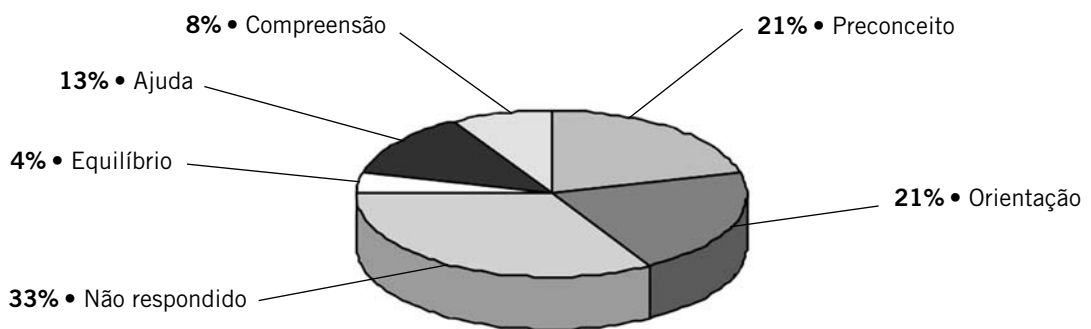
Na perspectiva da religião de formação as entrevistadas, de um modo geral, disseram que as religiões tiveram influência em suas vidas porque dá a elas compreensão e paciência (35%) e eleva a fé (33%).

Quando perguntadas se a formação religiosa que receberam interfere nos relacionamentos, a maioria das entrevistadas respondeu de forma positiva (44%).

E nos relacionamentos?



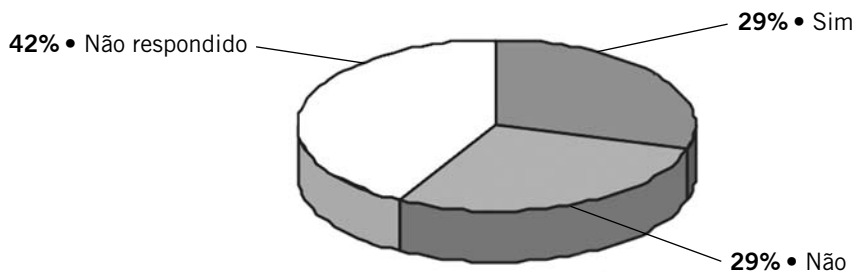
Por quê?



Dentre as que responderam afirmativamente quanto à interferência, houve empate entre as que apontaram a interferência por preconceito e pelo tipo de orientação recebida (21%).

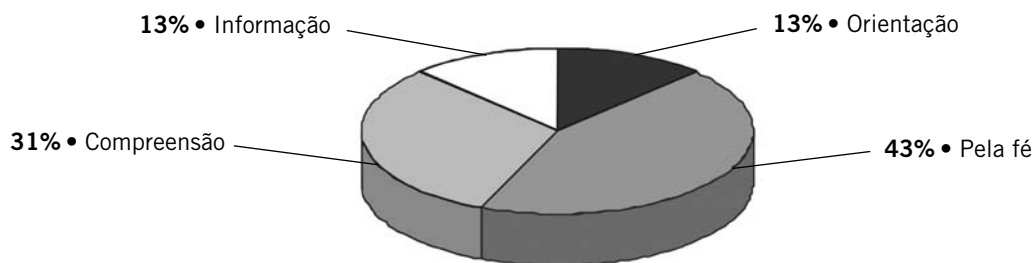
Houve igualdade nas respostas das entrevistadas (29%) quanto ao entendimento de que a religião é um elemento na vida da pessoa capaz de ajudar a enfrentar a violência, sobretudo a partir da orientação dada pelas dirigentes religiosas e as posições que discordam desta possibilidade.

E na forma de enfrentar a violência?



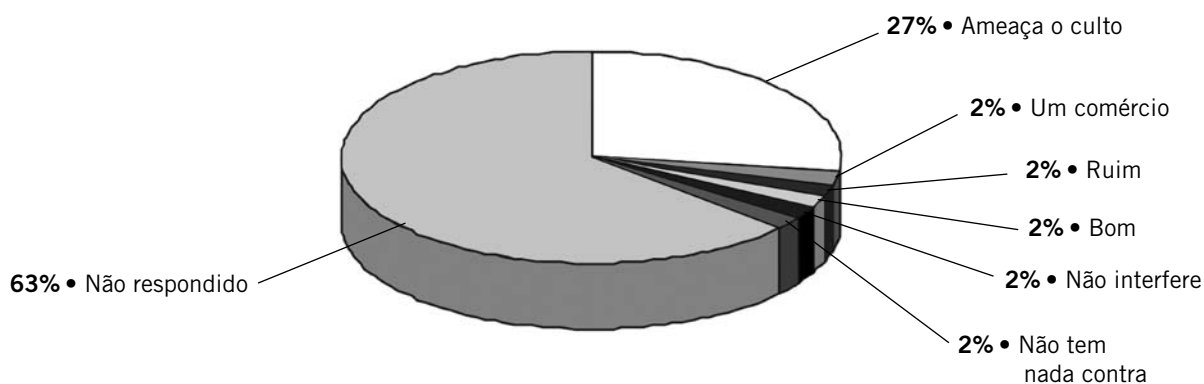
Entre as que declararam que a religião pode ajudar no enfrentamento da violência, a maioria das entrevistadas disse que através da fé adquirida na formação religiosa recebida elas podem combater e enfrentar a violência, pois a mesma será um subsídio de fortalecimento para a reação e a luta frente à violência (43%).

Como?



Com relação ao culto do candomblé, o aumento das igrejas evangélicas é visto pelas entrevistadas como uma ameaça (27%), pois muitos membros dessas igrejas desenvolvem práticas de intolerância religiosa e de demonização de outras práticas religiosas e acreditam que o culto do candomblé é algo ruim, uma religião praticada por pessoas que disseminam o mal, situação que também pode estar relacionada ao fato de ser esta uma religião tipicamente negra.

O que acha do grande crescimento das igrejas evangélicas?



A prática da tolerância, em termos sociológicos, pode ser definida como a capacidade que os grupos sócio-políticos ou religiosos podem vir a desenvolver de admitir modos de pensar, sentir e agir diferentes.

No caso das práticas discriminatórias de intolerância religiosa vivenciadas pelas adeptas do candomblé entrevistadas, que se caracterizam como vivências de violência, estas frequentemente estão associadas à pretensão de imposição de poder religioso de um grupo – o evangélico. Estes segmentos, para ampliar seu domínio no *mercado religioso* prega a satanização, e o etnocentrismo e relação aqueles que não se incluem na sua proposta religiosa. O projeto evangélico, sobretudo o neopentecostal, mesmo incorporando elementos das concepções religiosas “inimigas”, assume contornos de exclusividade institucional religiosa compulsória, intolerante com a alteridade e anti-democrática. Ressalte-se que essa forma peculiar de violência fere preceitos legais previstos na Constituição Federal (art. 5º inciso VI)¹ e no Código Penal (art. 140, inciso 3º)².

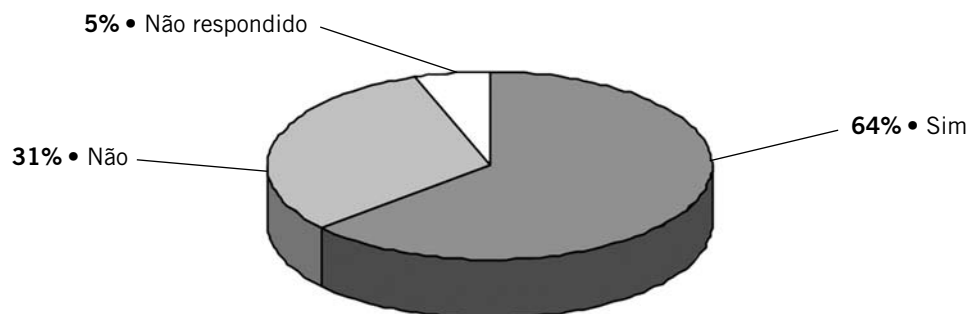
A respeito da opinião sobre o crescimento das igrejas evangélicas, dentre as que se manifestaram, foi destacado a grande importância que estas igrejas atribuem aos bens materiais, em especial, ao dinheiro: “...eles só querem quem tem dinheiro, pra mim não serve, porque tem que dar um

1 É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.

2 Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. Pena: reclusão de 1 a 3 anos e multa.

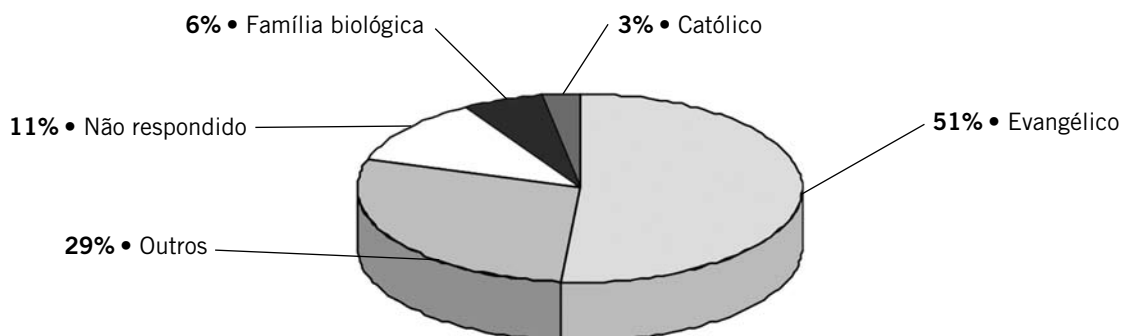
salário, aí eu vou ficar sem comer”. (Cecília, 67 anos, Mulher da comunidade atendida pelo Projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Mangele Ô).

Você já sofreu ou viu alguém sofrer alguma discriminação religiosa pelo fato de ser pertencente à religião de matriz africana?



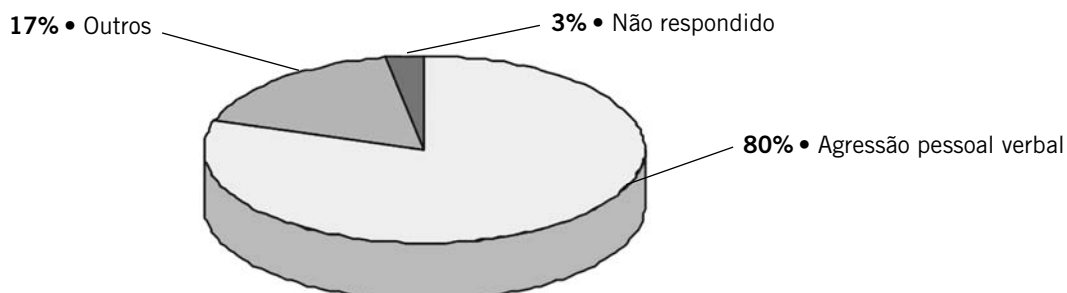
A maioria das entrevistadas disse viver ou já ter visto alguém sofrer discriminação religiosa por pertencer à religião de matriz africana (64%). Esse fato nos remete ao debate sobre uma rejeição da sociedade a todas as manifestações ligadas à cultura negra, em particular às religiões. Principalmente o candomblé, que é uma religião tipicamente negra, sofre maior discriminação por ser um mecanismo de transgressão e ruptura com o padrão dominante branco imposto.

Quem cometeu?



Por estarem em ascensão nos últimos anos, às religiões evangélicas estimulam seus membros a invadir alguns terreiros de candomblé, por classificarem os mesmos como um território perigo e ruim, chegando a ocorrer por parte de alguns adeptos menos esclarecidos práticas de agressão física, embora a predominância de violência sofrida pelos membros desse Ilê seja a agressão verbal (80%).

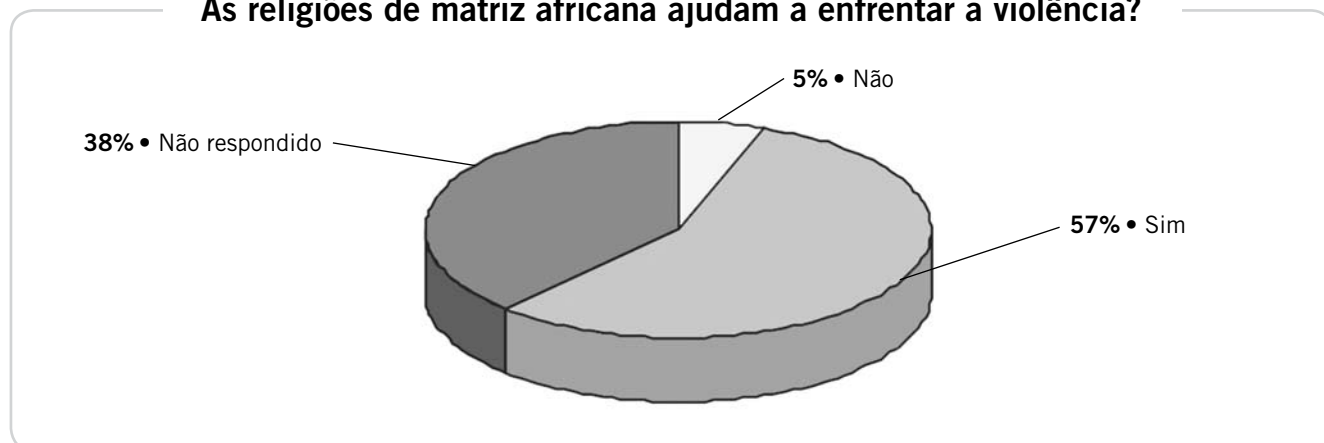
Como foi?



Dentre as agressões verbais sofridas foi relatado o protesto de pessoas de fora da religião ao fato de realização de rituais em áreas públicas, tal como entrega de Ebós.

Significativa parcela das entrevistadas (57%) consideraram que as religiões de matriz africana ajudam a enfrentar a violência.

As religiões de matriz africana ajudam a enfrentar a violência?



Foi destacado também o papel de acolhimento que as comunidades afro-religiosas têm:

“Uma das pessoas que eu acho que é muito minha amiga é Mãe Meninazinha de Oxum e Mãe Beata de Iemanjá. Quando aconteceu isso tudo comigo há quatro anos atrás elas foram duas senhoras que deram muito conselho sem nem me conhecer... eu liguei... e elas me ajudaram muito”. (Luzia, 50 anos, Apoiadora do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência do Ilê Axé Ala Korowo).

“Através do Axé... hoje eu tenho uma vida melhor, mais centrada. Graças a Deus meu marido taí... não morreu, porque já era pra ele tá morto... todos que na época eram envolvidos morreram e ele não porque veio pra cá e se cuidou religiosamente. Então eu não tenho como pagar à mãe de santo o que ela fez... ela abriu as portas e nós moramos aqui seis meses... dando comida, ajudando a gente de todas as formas”. (Jaqueline, Iyawo, do Ilê Axé Alá Korowo e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência)

“Na minha casa sim... lá sempre aparece uma mãe pedindo ajuda... tem muitas filhas de santo antigas que sofriam violência e ela já ajudou muito (a Ialorixá)”. (Fernanda, 26 anos, Apoiadora do Ilê Axé Iatopé e Xangô Alafim e Iyawo de Oyá do Ilê Axé Ala Korowo).

Do ponto de vista do enfrentamento da violência doméstica, vale ressaltar que a intervenção das lideranças religiosas de matriz africana pode ter um papel eminentemente preventivo, evitando-se o recrudescimento das agressões ou a concretização das ameaças. Seja pela via da intervenção social (aconselhamento), seja pela intervenção através da mediação de práticas religiosas (banhos, ebós, boris, etc), a intervenção das lideranças pode prevenir a eclosão do conflito ou a exacerbação da violência aberta (física) e até a coibição de crimes de homicídio.

Neste caso, o papel político-pedagógico das lideranças religiosas atua na direção do acolhimento e do fortalecimento das mulheres, com vistas ao enfrentamento da situação, quer para ruptura, quer para o investimento na relação sob novas bases.

Uma das informantes alega que o potencial das religiões de matriz africana no enfrentamento da violência é, contudo, relativo, tendo em vista que a violência atingiu proporções estruturais, inclusive no interior da classe alta, como se pode constatar no seu depoimento:

“...o negócio é de gente muito alta, é incontrolável...”. (Olutoyn, 64 anos, Ekedy do Ilê Axé Opó Afonjá).

Outro relato mostra a importância das religiões de matriz africana no combate à violência:

“Porque a religião de matriz africana conta a história dos orixás pros seus filhos, pros seus adeptos, que eles acreditam na religiosidade deles, em Olorum, que é sincretizado com Deus, nos orixás como garantido aqui um a passagem na terra, tendo tido aqui uma história uma passagem aqui na Terra, no qual eles sofreram e viveram várias situações entre eles, que demonstram a violência e o enfrentamento da mesma, eu acredito que a gente acaba assimilando isso e levando isso dentro da gente na hora de resolver os problemas. Uma filha de Oba todo mundo sabe é um orixá guerreiro, valoroso, forte, uma mulher que sabe liderar e comandar, eu acredito que essa mensagem fica para os seus filhos. Os orixás nos ensinam todos, que todo mundo tem sua participação, sua luta, todas as Iyabás. Nana lutou sem a espada, mas ela lutou pelas suas mulheres, que liderou um povo. Oxum, mesmo quando ela não usa ...a espada, porque em alguns momentos ela precisou lutar, ela tem os artifícios para conseguir o que ela quer, e lutar a favor das pessoas e contra aquilo que ela acredita que não é bom, como ela fez quando conseguiu eliminar todos os malfeitores que queriam acabar com o reino de Xangô. E, assim vai todos os orixás contam histórias de bravuras, de momentos de luta, enfrentando alguma coisa ruim, então isso, é uma forma de dar força pra gente, e entender que a gente tem capacidade de lutar contra as coisas que não é boa pra gente, não é só cruzar os braços... a mulher evangélica é ensinada a aceitar, a se submeter ao marido... a gente não tem esse código na nossa religião, a mulher merece respeito sim, a gente cita isso, o tempo inteiro, muito pelo contrário, a gente conta quando Oxum estava com os Odus e eles não queriam que ela participasse de todos os rituais ...ela só podia ficar cozinhando, então ela usou o poder feminino dela pra secar tudo que era vivo, pra não deixar nada procriar, nada fertilizar, isso é uma forma de mostrar pra gente, olha aí... tão meiga, tão doce, tão frágil aparentemente, mas ela usou do poder que ela tinha, seja ele qual for ...porque ela não se deixou dominar por esses homens, não é ficar contra os homens, eu faço um trabalho com eles que eu exijo respeito, que eu sou igual a eles, não quero ser melhor, eu sou diferente porque eu sou mulher, mas somos iguais em respeito, em direitos e deveres e é isso que agente tem exigir da sociedade”. (Angélica, 41 anos, Iyalorixá, Filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência como apoiadora).

As casas de matriz africanas têm um papel de subverter a ordem/romper com a violência.

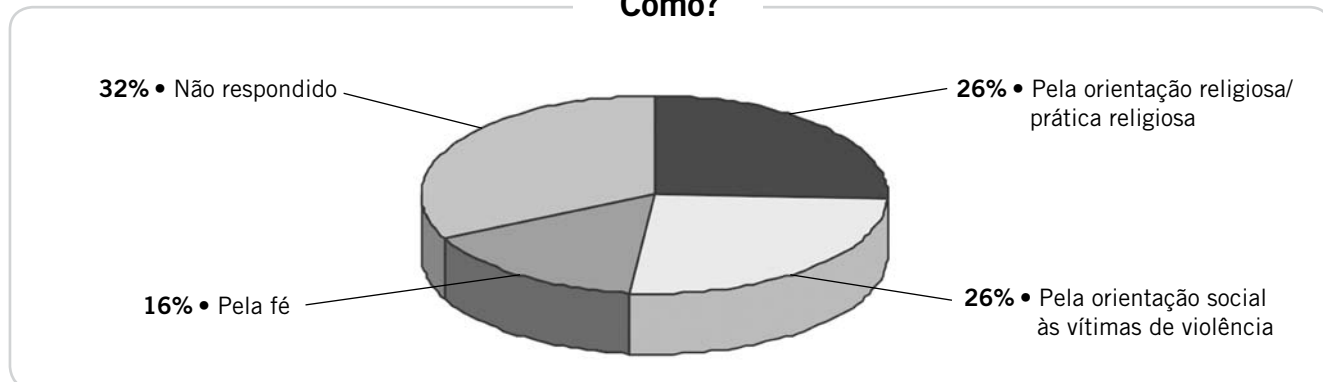
“...ele veio por trás e bateu... quando aconteceu isso eu fui procurar uma ajuda espiritual num Centro de Umbanda e aí foi a primeira vez que eu tive uma manifestação com a minha pombagira... ela falou que eu tirasse tudo de dentro de casa e fosse embora...”. (Sheila, 45 anos, mulher do grupo de assistidas do projeto Íyà Àgbá: Rede De Mulheres Negras Frente à Violência e filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá).

Foi destacado também o papel de acolhimento que as comunidades afro-religiosas têm:

“...já abriguei filha de santo surrada na minha casa, já escondi filha de santo fugindo de marido... Se precisar de apoio de ficar na minha casa, mesmo semanas, enquanto não arranjavam trabalho, ...eu já passei por várias situações assim...”. (Angélica, 41 anos, Iyalorixá, Filha de santo do Ilê Axé Opó Afonjá e participante do projeto Íyà Àgbá: Rede de Mulheres Negras Frente à Violência como apoiadora).

Nesse sentido, a pesquisa aponta para um papel das casas de matriz africana tanto social, em termos de acolhimento e orientação, como religioso, conforme o gráfico abaixo demonstra.

Como?



A orientação social às vítimas de violência é um elemento fundamental para as entrevistadas que acreditam que as religiões de matriz africana ajudam a enfrentar a violência.

Já as adeptas da religião, na condição de “filhas”, valorizam o equilíbrio e o fortalecimento adquiridos através da religião e da presença no Ilê, no sentido do enfrentamento das diferentes formas de violência presentes na sociedade:

“O principal é o equilíbrio que a gente ganha ...eu fico mais equilibrada quando eu venho no Ilê. Essa religião é maravilhosa... dá muito prazer... ajuda no nosso fortalecimento, e isso ajuda a enfrentar a violência”. (Célia Regina, 45 anos, Iyawô do Ilê Omulu e Oxum).

A fé é um elemento importante para as entrevistadas que acreditam que as religiões de matriz africana ajudam a enfrentar a violência:

“A gente pede a Exú que nos livre de bala perdida, de assalto ...eu tenho fé... então eu acho que funciona mas...”. (Olutoyn, 64 anos, Ekedy do Ilê Axé Opó Afonjá).

“...o jogo de búzios vai esclarecer melhor, dizer o que pode ser feito... o candomblé te oferece esse tipo de respaldo...”. (Lídia, 59 anos, Abian do Ilê Axé Opó Afonjá).

Portanto, há um entendimento entre as que concordaram que a religião ajuda a enfrentar a violência de que o papel da liderança religiosa não é apenas religioso *strictu sensu*, mas é de orientação e aconselhamento nas várias esferas da vida social, conforme pode ser constatado no depoimento abaixo. A Iyalorixá, por sua vez, associa ao seu papel espiritual, o seu papel de apoio emocional e de aconselhamento social:

“Nós como Iyalorixás (ajudamos) com uma palavra, com um ebô, até com um banho, dando apoio ... eu tenho quer agir como advogada e como mãe para defender meu filho... candomblé não é só roupa bonita e bater atabaque ... a gente tem que trabalhar contra a violência de um modo geral ... a gente tem que trabalhar com a saúde ... trabalhar com o social”. (Mãe Meninazinha da Oxum, 69 anos, Iyalorixá do Ilê Omulu e Oxum).

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. *Código Penal Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1940.
- FEYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro, Record, 1933
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Civilização Brasileira, 2003.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro, 2001
- NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SANTOS, Território e sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

IYÁ ÀGBÁ

REDE DE ARTICULAÇÃO DE MULHERES NEGRAS FRETE À VIOLÊNCIA



As mulheres negras estão à frente da criação das religiões de matriz africanas, do samba, das agremiações de carnaval, da música e outras manifestações culturais, bem como dos movimentos voltados para a ampliação da democracia e dos direitos, a exemplo da luta por creches, escolas, legislação de amparo ao trabalho etc, por melhores condições de vida, re-elaborando, assim, diferentes modalidades de organização e formas de representação e ação política.

O inconformismo e a responsabilidade de produzir mudanças são aspectos importantes na identidade das mulheres negras que, aliados à afirmação do poder da fala tomam para si a responsabilidade de produzir novas realidades. É em nome desta força que nasce a Rede Iyá Àgbá.

As palavras Iyá Àgbá vêm do ioruba – língua que veio para o Brasil com nossos ancestrais e que até hoje é utilizada por muitas comunidades religiosas de matriz africana – e significa mãe-ventre (cabaça). Iyá Àgbá representa o espírito ancestral feminino que só incorpora nas reuniões das sociedades secretas femininas para o fortalecimento do poder da mulher.

É objetivo da Rede Iyá Àgbá buscar a melhoria da condição de vida das mulheres negras; Informá-las sobre seus direitos e fortalecê-las para ações políticas; Unir as religiões afro-brasileiras e; Resgatar e valorizar a identidade negra na sociedade. Desenvolvendo ações para o enfrentamento às diferentes formas de violência que afetam as mulheres negras, em especial a violência intrafamiliar, considerando também os impactos das demais formas de violência presentes nas comunidades negras.

FAZEM PARTE DA REDE IYÁ ÁGBÀ:

Ilê Axé Oya Topé e Xangô Alafim de Iyá Amélia d'Oxum – iniciada em 1958, a Iyá está à frente do Ilê desde 2003, onde faz trabalhos com a comunidade através de aulas de capoeira, alfabetização e reforço escolar para crianças e adolescente e também com alfabetização para jovens e adultos. Atua também no enfrentamento da violência contra a mulher através de orientação, encaminhamento e geração emprego e renda com cursos de artesanatos.

Ilê Omulu e Oxum de Iyá Meninazinha d'Oxum • nilcenaira@uol.com.br – iniciada em 1960, a Iyá está à frente do Ilê desde 1968. Neste espaço a Iyá e pintora tem seu Ateliê e desenvolve ações voltadas para a informação e orientação de mulheres contra a violência através de cursos de artesanato e culinária para geração de renda. Distribui cestas básicas para famílias cadastradas.

Ilê Axé Ôpó Afonjá de Iyá Regina Lúcia de Iemanjá – iniciada em 1969, a Iyá herdou o Ilê em 1989. Atualmente abre suas portas para a comunidade com distribuição de cestas básicas e desenvolve ações voltadas para a informação e orientação de mulheres contra a violência através de cursos de artesanato e panificação para geração de emprego e renda.

Ilê Axé Iyá Mangele Ô de Iyá Tânia de Iemanjá • taniadeyemanja@yahoo.com.br – iniciada em 1969, a Iyá está à frente do Ilê desde 1999. O Ilê têm faz apoio social das comunidades vizinhas, com fornecimento de alimentos, remédios sob receita médica e orientação. Desenvolve atividades voltadas para crianças, com distribuição de roupas, brinquedos e recreação atua na prevenção as dst/hiv/aids e no diagnóstico precoce do câncer de mama, bem como outros temas relacionados à saúde da mulher e desenvolve ações voltadas para a informação e orientação de mulheres contra a violência através de cursos de artesanato e panificação para geração de emprego e renda.

Ilê Axé Yá Bory Mesa de Mãe Vânia de Oyá • ileyamessa@hotmail.com – iniciada em 1979, a Iyá está a frente do Ilê à 23 anos. Neste espaço a Iyá faz distribuição de cesta básica para os filhos do Ilê e desenvolve ações voltadas para a informação e orientação de mulheres contra a violência através de cursos culinária e direitos da mulher.

Ilê Axé Ala Koro Wo de Mãe Torody • maetorodi@hotmail.com – iniciada em 1974, a Iyá está à frente do Ilê desde 1999. Nele ela desenvolve, com a comunidade vizinha, atividades de recreação, alfabetização jovens e adultos e reforço escolar para 120 crianças e adolescentes, educação e cultura Afro-brasileira para crianças, e desenvolve ações voltadas para a informação e orientação de mulheres contra a violência através de cursos de pintura e estamparia afro brasileira para mulheres com o objetivo de resgatar a cidadania e a auto estima.

CRIOLA • criola@criola.org.br – é uma organização da sociedade civil, fundada por mulheres negras do ano de 1992, que tem como missão institucional instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento do racismo, do sexismo e da homofobia presentes na sociedade brasileira.



CRIOLA é uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e, desde então, conduzida por mulheres negras. Criola define sua atuação com base em sua missão e visão institucionais, a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal.

Missão • Instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para ações de combate ao racismo, ao sexismo e a lesbofobia e para a melhoria das condições de vida da população negra.

Visão • Visamos a inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a elaboração de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, em que a presença e contribuição da mulher negra sejam acolhidas como um bem da humanidade.

No processo de operação de sua missão, Criola elege grupos prioritários de atuação – grupos de mulheres ativistas; líderes de religiões de matriz africana; catadoras e domésticas; adolescentes e jovens. Com eles trabalha a geração de informação, pesquisa e conhecimento sobre o contexto em que se inserem as políticas públicas, e a qualificação dessas mulheres em mecanismos de diálogo e intervenção junto a gestores públicos. Por meio desses instrumentos favorece a atuação conjunta desses grupos de mulheres negras na luta política pela conquista de respeito, reconhecimento e transformação nos padrões de qualidade de vida.

Criola elege • Criar e aplicar novas tecnologias para a luta política de grupos de mulheres negras • Produzir conhecimento qualificado por dados específicos sobre o contexto atual das questões de direitos • Formar lideranças negras aptas a elaborar suas agendas de demanda por políticas públicas e a conduzir processos de interlocução com gestores públicos • Incrementar a pressão política sobre governos e demais instâncias públicas pela efetivação de direitos, particularmente o direito à saúde, o acesso à justiça e à equidade de gênero, raça e orientação sexual.

CRIOLA tem recebido o apoio financeiro e político de diversos grupos e instituições ao longo dos anos. E conta com o suporte de parte significativa da comunidade negra para execução de seus projetos.

Responsáveis

Presidente • Mãe Beata de Iyemonjá

Diretoras Executivas • Guaraciara Matilde Werneck Maria e Tereza Antônio de Castro

Coordenação • Jurema Werneck e Lúcia Xavier



A série de publicações denominadas Cadernos Criola visa principalmente disseminar informações e conhecimentos em diversos campos, voltadas para a melhoria das condições de vida das mulheres negras e da população negra como um todo. E, desse modo, da população brasileira em geral.

Esta série vem juntar-se a várias iniciativas de Criola, de produzir publicações diversificadas, baseadas na interpretação e disseminação de conhecimentos em linguagem acessível para o grande público – em especial as mulheres negras e profissionais de saúde – visando contribuir com instrumentos de mobilização, reflexão e apoio às diversas ações necessárias à transformação social.

Assim, Criola busca mais uma vez cumprir sua missão de instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o desenvolvimento de ações de superação do racismo, sexismo, da homofobia e da desigualdade social atuantes na sociedade brasileira.

